

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Bacharelado em Letras - Redação e Revisão de Textos



Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho do revisor em textos de autores surdos

Flávia Ferreira Mendes Silva

Pelotas, 2020

Flávia Ferreira Mendes Silva

O trabalho do revisor em textos de autores surdos

Trabalho acadêmico apresentado ao Curso de Bacharelado em Letras - Redação e Revisão de Textos da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel Letras em Redação e Revisão de Textos.

Orientadora: Profa. Dra. Cleide Inês Wittke

Pelotas, 2020

Flávia Ferreira Mendes Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REUNIÃO

Folha de Aprovação

Flávia Ferreira Mendes Silva

O trabalho do revisor em textos de autores
surdos

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Letras – Redação e Revisão de Textos, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas.

Data de defesa: 07/01/2020

Banca examinadora:

Profa. Dra. Cleide Inês Wittke (Orientadora)

Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Profa. Dra. Sandra Maria Leal Alves (primeira arguidora)

Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Profa. M^a. Ivana da Silva

Mestra em Tecnologia da Educação pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFSul)

Profa. Dra. Aline Neuschrack (terceira arguidora)

Doutora em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARIA LEAL ALVES, Professor do Magistério Superior/Adjunto**, em 08/01/2021, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEIDE INES WITTKE, Professor do Magistério Superior/Assoc./Tit.**, em 08/01/2021, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IVANA GOMES DA SILVA, Professor do Magistério Superior/Assistente**, em 09/01/2021, às 21:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE NEUSCHRANK, Professor do Magistério Superior/Adjunto**, em 10/01/2021, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1176272** e o código CRC **7881F375**.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Bernadete e Sérgio, meus maiores incentivadores, que sempre acreditaram em mim e me fizeram chegar até aqui.

À minha avó, Maria Helena, uma das minhas maiores inspirações.

À minha irmã, Eduarda, que mesmo sendo mais nova, me inspira muito.

Ao meu companheiro, Rafael, que está comigo desde o início desta jornada.

Aos meus amigos, por entenderem a minha ausência, pelos momentos de descontração tão necessários nessa etapa e por sempre me incentivarem.

Aos professores e funcionários (porteiros, pessoas responsáveis pela higienização e servidores) do Centro de Letras e Comunicação, por todo o aprendizado e acolhida durante esse tempo. Em especial, à minha orientadora Prof.^a Dr^a Cleide Inês Wittke, por todos os ensinamentos.

À Prof.^a Ivana da Silva, por toda a contribuição durante este período.

À Prof.^a Sandra Alves, coordenadora do curso de Bacharelado em Letras – Redação e Revisão de Textos, por todo o auxílio durante a graduação.

Às minhas colegas, Bianca Bergmann, Bianca Bierhals, Gizele e Jéssica, por toda troca e aprendizado que, juntas, construímos.

RESUMO

SILVA, Flávia Ferreira Mendes. **O trabalho do revisor em textos de autores surdos**. 2021. 77f. Monografia (Bacharelado em Letras - Redação e Revisão de Textos) - Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

A presente pesquisa tem como intuito verificar a forma como cabe ao revisor realizar seu trabalho em textos escritos por sujeitos surdos, os quais utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Atualmente, há poucos trabalhos voltados para a escrita de pessoas surdas, tornando esta pesquisa ainda mais pertinente e importante. O contexto atual mostra que autores surdos carecem de revisores de texto, os quais tenham conhecimento na área de Libras. Tal realidade faz com que suas produções escritas, muitas vezes, não passem por uma revisão ou, ainda, não tenham esse trabalho feito de modo adequado, devido à falta de conhecimento sobre a estrutura da língua de sinais ou ao fato de que o profissional não é um revisor por formação. Libras é uma língua, pois possui gramática própria, com sintaxe, fonologia, morfologia e todos os elementos que constituem uma língua. Assim, faz-se necessário que profissionais que trabalham na área de revisão conheçam sua estrutura para, então, realizarem a revisão de um texto escrito por uma pessoa surda. Além do conhecimento acerca da gramática da Libras, o revisor precisa ter conhecimento sobre a cultura surda, pois ela também interfere na escrita. Neste trabalho, foi adotada uma metodologia qualitativa, com o intuito de analisar dados sobre a produção textual de pessoas surdas, como é feito o contato com o revisor de texto e quais os conhecimentos específicos que um revisor precisa ter. Para tanto, foram coletados dados com revisores, para saber quais as dificuldades encontradas ao revisar textos de pessoas surdas, quais conhecimentos esses profissionais julgam necessários para realizar esse trabalho e como ele é feito. No resultado, foi confirmada uma das principais hipóteses desta pesquisa: há poucos profissionais capacitados para trabalhar com a revisão de textos de autores surdos. Foi atestado, ainda, que além do conhecimento em língua portuguesa, é essencial conhecer a cultura surda e as especificidades da língua brasileira de sinais.

Palavras-chave: Texto. Revisão textual. Revisão de textos de autores surdos.

ABSTRACT

SILVA, Flávia Ferreira Mendes. **O trabalho do revisor em textos de autores surdos**. 2021. 77f. Monografia (Bacharelado em Letras - Redação e Revisão de Textos) - Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

This research aims to verify how the proofreader should perform his work in texts written by authors who have the Brazilian Sign Language (LIBRAS) as their first language, that is, deaf people. Currently, there are few works aimed at the writing of deaf people, what makes this research even more relevant and important. The current context shows that deaf authors lack proofreaders who have knowledge in the area of Libras. This reality means that your written productions often do not undergo a review or do not have this work done properly, due to the lack of knowledge about the structure of the sign language or the fact that the professional is not a proofreader by training. Libras is a language, because it has its own grammar, with syntax, phonology, morphology and all the elements which constitute a language. Thus, it is necessary that professionals working in this area know its structure to then perform the review of a text written by a deaf person. In addition to the knowledge about Libras grammar, the proofreader needs to know the deaf culture, as it also interferes with writing. However, often there is no specialized person to carry out this work, which can cause various inconveniences to the writer of the text, who has his text invaded. In this work, a qualitative methodology was adopted in order to analyze data on the textual production of deaf people, how the contact with a proofreader is and what specific knowledge a proofreader needs to have. In addition, data were collected with proofreaders to know what difficulties were found when reviewing texts of deaf people, what knowledge these professionals deem necessary to perform this work and how it is done. As a result, one of the main hypotheses of this research was confirmed: there are few professionals trained to work with the revision of texts by deaf authors. It was also observed that in addition to knowledge in Portuguese, it is essential to know the deaf culture and the specificities of the Brazilian Sign Language.

Keywords: Text. Textual review. Review of texts by deaf authors.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. Fundamentação Teórica	11
1.1 A prática de revisar e suas implicações	11
1.2 Os diferentes tipos de revisão existentes	17
1.3 A importância do texto no trabalho do revisor	18
1.4 O estilo do autor	20
2. Parâmetros históricos da Libras	22
2.1 Cultura e identidade surda	23
2.2 A escrita dos surdos em Língua Portuguesa	26
2.3 A revisão de textos produzidos por pessoas surdas	30
2.4 Aspectos gramaticais da Libras	32
3. Metodologia	40
4. Análise dos dados e discussão dos resultados	44
4.1 Resultados obtidos com o grupo 1	46
4.2 Resultados obtidos com o grupo 2	56
CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Configuração de mão na Libras.....	34
Figura 2 - Parâmetro do Movimento na Libras.....	35
Figura 3 - Parâmetro do Ponto de Articulação na Libras	36
Figura 4 - Parâmetro da Orientação de Mão na Libras.....	36
Figura 5 - Parâmetro das Expressões Faciais na Libras	37
Figura 6 - Pronomes no singular	38
Figura 7 - Pronomes no plural	38
Figura 8 - Verbo com concordância.....	45

INTRODUÇÃO

O foco desta pesquisa é problematizar e analisar o trabalho realizado pelo revisor em textos produzidos por autores surdos, isto é, por aqueles que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira ou segunda língua. No Brasil, temos poucos cursos de graduação voltados para a formação de revisores de modo geral, menos ainda com especialidade nessa área, o que intensifica a relevância deste trabalho. A presente monografia também objetiva servir como material de apoio para revisores que já trabalham ou que desejam trabalhar com a revisão de textos de pessoas surdas.

Foi feita uma comparação entre a sintaxe e os objetos gramaticais das duas línguas em foco. As pesquisas voltadas à escrita do surdo têm como objetivo identificar possíveis dificuldades encontradas por esses sujeitos ao escreverem na língua portuguesa, sua segunda língua, já que Libras é a primeira. Esses estudos buscam entender quais são os motivos das dificuldades, bem como apontar soluções para tais problemas.

Este trabalho faz-se necessário porque a escrita dos surdos ainda é um tema pouco abordado em estudos acadêmicos, principalmente por pessoas ouvintes, o que, a meu ver, torna a temática ainda mais intrigante e necessária. A revisão de textos de usuários de Libras, no âmbito acadêmico, em geral, tem sido realizada pelos intérpretes, o que, em um primeiro olhar, não parece adequado, tendo em vista que nem sempre esses profissionais são formados em Letras, bacharéis ou professores, portanto, não dominam questões básicas à prática de revisar.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo contribuir com informações e reflexões, as quais possam qualificar a formação do bacharel em Letras revisor, principalmente no que tange à revisão de textos produzidos por pessoas surdas. Cabe dizer que, na graduação de Bacharelado em Letras - Redação e Revisão de Textos (RRT), assim como a maioria dos cursos de bacharelado, a disciplina de Libras consta no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), mas é uma das optativas. Assim, como essa disciplina não é obrigatória, um revisor pode se formar em RRT sem ter conhecimento nenhum na área, e essa, talvez, seja uma das questões a serem repensadas no momento da reformulação do PPC. Praticamente, não há

profissionais especializados para revisar textos de autores surdos. Nessas condições, geralmente aqueles que revisam não têm conhecimentos sobre Libras, nem mesmo acerca da cultura surda e suas particularidades.

Como metodologia, foi adotada a pesquisa qualitativa. Foram realizadas entrevistas com dois grupos de pessoas: o primeiro, composto por sujeitos surdos, e o segundo composto por revisores de textos, formados em Bacharelado ou em Licenciatura em Letras.

Além disso, o presente estudo buscou refletir sobre os locais em que os textos de autores surdos circulam, quem os revisa e como esse trabalho é feito. Nessa perspectiva, buscou-se enfatizar quais são as competências que o revisor precisa desenvolver na sua formação (inicial ou continuada) para se tornar um profissional competente na revisão de textos de autores surdos.

Após a seção introdutória, desenvolveu-se a revisão teórica que fundamenta este trabalho, cuja abordagem é a prática da revisão textual de modo geral e de textos de autores surdos, de modo específico, ressaltando a importância de conhecimentos em Libras. Na parte destinada à revisão textual geral, analisou-se as especificidades da profissão, como se dá o trabalho do revisor, além de aspectos sobre o estilo do autor. Na seção destinada à língua brasileira de sinais, observou-se os aspectos gramaticais da Libras, a cultura surda e as características da escrita de pessoas surdas. Encerrou-se com análises e discussões obtidas a partir dos dados coletados com os dois grupos de voluntários.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para atingir os resultados esperados com esta pesquisa, as reflexões acerca do tema foram baseadas em um referencial teórico que aborda questões linguísticas, normas e contextos relacionados ao trabalho do revisor. Além disso, apoiou-se em referenciais que abordam sobre a escrita de pessoas surdas.

Na primeira parte do referencial, as principais obras analisadas foram: Além da revisão: Critérios para revisão textual, do autor Coelho Neto; Revisão de textos: da prática à teoria, da autora Risleide de Oliveira. Já na segunda, referente à língua de sinais, foram analisadas, principalmente, as seguintes obras: Libras? Que língua é essa?, da autora Audrei Gesser; e Introdução à Libras: língua, história e cultura, da autora Silvia Witkoski. O objetivo das leituras foi embasar os dados e analisar o trabalho do revisor, especialmente ao revisar textos de pessoas surdas, explicitando quem é esse profissional e quais são as competências necessárias à sua função. Inicia-se esta seção falando sobre o trabalho do revisor de textos de modo geral e, na sequência, são trazidas questões pertinentes à Libras e à revisão de textos de pessoas que têm essa como primeira língua.

1.1 A prática de revisar textos e suas implicações

A prática de revisar textos acompanha a sociedade há muito tempo, principalmente depois da invenção da impressão (e mais ainda na era digital), mas a existência de um profissional específico para essa atividade, no mundo do trabalho, é algo recente. Atualmente, no Brasil, há carência de cursos de graduação voltados especificamente para formar profissionais de revisão de textos, algo que é extremamente necessário. No país, tem-se poucos cursos direcionados a formar revisores. Pode-se citar alguns, tais como: Bacharelado em Letras - Redação e Revisão de Textos, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Curso de Bacharelado em Revisão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); e a

Especialização em Revisão de Textos, da Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas).

A atividade de revisar textos surgiu, de acordo com Arezio (1925) “através das constantes divergências de crenças religiosas e a falsa interpretação dos textos sacros(...)” (AREZIO *apud* COELHO NETO, 1925, p.10). Esse fato, ainda de acordo com o autor mencionado, gerava diversas discussões e controvérsias, fazendo necessária a criação de um corpo de revisão de textos, formado por homens que eram considerados intelectuais. Atualmente, o trabalho do revisor se difere disso e há diversas atribuições que fazem parte do trabalho desse profissional. No entanto, na visão da sociedade, o trabalho do revisor ainda se limita a corrigir desvios gramaticais, segundo a língua padrão. Conforme Britto:

De modo geral, os revisores atuam exatamente na construção de um modelo de língua em que prevalece a ideia de um princípio legislativo - de uma lei escrita. O papel do revisor, para ele próprio (mesmo não dizendo), não é contribuir para que o autor do texto escreva o que quis do jeito que quis (...), mas o de ajustar o texto a um hipotético padrão 'oficial'. (BRITTO, 2003, p.84)

Em contrapartida, com o avanço da profissão, surgiram várias teorias sobre o que é, de fato, a prática de revisar textos. Uma delas, a mais tradicional, é a de que a revisão é subsequente à produção textual (OLIVEIRA, 2016). O primeiro contato que temos com a revisão textual é na escola, nas aulas de Língua Portuguesa (LP), quando os nossos textos são corrigidos pelas professoras e pelos professores. Conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da LP, essa atividade é considerada como

um espaço privilegiado de articulação das práticas de leitura, produção escrita e reflexão sobre a língua [...] Chama-se revisão de texto o conjunto de procedimentos por meio dos quais um texto é trabalhado até o ponto em que se decide que está, para o momento, suficientemente bem escrito. (BRASIL, 1997, p. 54-55).

A correção feita na escola é chamada de correção pedagógica. Ela é de extrema importância, porém, não é esse o foco desta pesquisa, pois o nosso objetivo é tratar sobre a prática de revisão textual, cujo interesse não está em ensinar ao leitor o uso das regras gramaticais, nem de coesão e de coerência, mas corrigir o texto de modo que fique legível ao leitor. Apesar disso, é importante

discorrer, brevemente, sobre a revisão pedagógica, já que é o primeiro contato que se tem com a revisão textual é realizada por um profissional, ou seja, o professor de português.

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2002, p. 1), há dois tipos de revisão: a de originais e a de provas. Na revisão de originais (também chamada de copidesque), o revisor faz a “normalização ortográfica, gramatical, literária e de padrões institucionais, aplicando-se as técnicas editoriais e marcações para uniformizar o texto como um todo”. Já na revisão de provas, a ação do revisor é a de assinalar “símbolos e sinais convencionados àquilo que se difere do original”. De acordo com os conceitos já apresentados, pode-se ver que, embora se trate do mesmo assunto, as concepções sobre a revisão textual são diversas. Cabe dizer que essa atividade inicia na vida escolar e acompanha o sujeito até sua vida acadêmica e, de acordo com a profissão que escolher seguir, a revisão de textos ainda se fará muito presente, como é o caso da autora deste trabalho.

O profissional que se dedica a essa prática é o revisor de textos. Ele é o primeiro leitor de um texto, no entanto, sua leitura difere da de um leitor comum. Na sua leitura, o revisor visa a identificar todos os problemas existentes no texto (linguístico-gramatical, ortográfico, semântico e de estrutura textual), a fim de torná-lo pronto para outros leitores, para, enfim, poder circular, ser publicado. O mercado de trabalho não exige uma formação acadêmica em revisão e, frequentemente, as pessoas contratadas para essa função têm graduação em Letras (em bacharelado ou licenciatura) ou, ainda, em Comunicação Social e Jornalismo. Apesar da existência de poucos cursos de graduação voltados especificamente à formação de revisores, os cursos *online* estão em constante crescimento e auxiliam na preparação de profissionais para trabalhar como revisores.

Porém, bem mais do que ter graduação em Letras, para ser um bom revisor, é preciso estar sempre se especializando e estudando acerca de diferentes assuntos, pois o revisor é um profissional versátil que, em sua trajetória, acaba lidando com diferentes gêneros textuais, de diferentes instâncias sociais. De acordo com Lemos (2017), faz parte do trabalho do revisor respeitar os diferentes sujeitos, suas particularidades linguísticas e a forma como eles se expressam, seja falando seja escrevendo, pois, mesmo não tendo domínio da norma culta da

língua, todos têm o direito de se expressar (levando em conta o contexto em que o dizer circula). Então, com isso, é possível perceber que o trabalho do revisor está muito além de apenas corrigir desvios gramaticais e envolve diversas outras questões, tais como respeitar o estilo do autor, entre outras.

Coelho Neto, em seu livro *Além da Revisão: Critérios para a Revisão Textual*, descreve algumas das atividades atribuídas ao revisor:

revisar os originais (ou provas, ou heliográficas, ou fotolitos) aprovados para edição em editoras, gráficas, agências de publicidade, autores, mestrands, doutorandos, preparadores de originais de quaisquer instituições, etc. Revisar, caso tenha experiência, traduções, cotejando-as com os originais; revisar textos a serem disponibilizados na internet; revisar livros já publicados, objetivando uma edição revista (e/ou ampliada). (COELHO NETO, 2013, p.59)

O autor ressalta que também é papel do revisor o de atender a quantas revisões forem necessárias e acordadas com o cliente. Quanto à organização da rotina de trabalho do revisor, não há uma única predeterminação, uma vez que cada profissional tem a liberdade de estabelecer a sua própria metodologia e forma de trabalho. Mas, é importante frisar que, antes de iniciar um trabalho, o revisor deve estabelecer algumas regras de como será feita essa revisão: em apenas uma etapa? Em várias? Quais serão os recursos utilizados para realizar essa revisão? Esses são questionamentos importantes e devem ser respondidos antes de o profissional iniciar de fato a revisão.

Após responder a essas perguntas, o revisor precisa definir outras etapas da organização de seu trabalho, podendo seguir alguns passos. Inicialmente, realizar uma primeira leitura, sem fazer nenhuma correção, apenas para enxergar o texto como um todo; depois, fazer a segunda leitura, dando início ao processo de revisão; por fim, efetua mais uma, podendo usar o recurso de *texto falado*, disponibilizado em *softwares* de edição de textos, como é o caso do *Word* (OLIVEIRA, 2016). Além do que já foi mencionado, as autoras Coelho e Antunes apontam três atribuições que fazem parte do trabalho do revisor:

i) revisão gráfica: trata das questões relacionadas com a apresentação e com a composição visual e material do texto; ii) revisão normalizadora: ajusta o texto às normas bibliográficas e editoriais; e iii) revisão temática: verifica a propriedade e a consistência das formulações de um texto em função de um determinado sistema de conhecimento determinado. (COELHO; ANTUNES, 2010, p. 206-207)

Como se pode ver, acrescido ao conhecimento gramatical e ortográfico, o revisor também deve dominar as características e o uso de diferentes gêneros textuais existentes na sociedade. Marcuschi, linguista brasileiro da linha do texto e do discurso, define gêneros textuais como

textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155)

Mesmo com todas as atribuições desse profissional e apesar da grande importância de seu trabalho para que um texto fique claro e a comunicação seja estabelecida sem maiores problemas, essa profissão ainda tem sido pouco reconhecida e pouco valorizada pela sociedade. A chegada da tecnologia, que normalmente é um facilitador no trabalho de revisão de textos, trouxe ainda mais à tona o problema de desvalorização desse profissional. O caso dos corretores automáticos, por exemplo, faz com que muitas pessoas pensem que eles podem realizar um trabalho com a mesma qualidade de um revisor (humano), porém, esse pensamento está equivocado.

Atualmente, a maioria das revisões textuais está sendo feita de forma *online*, através dos *softwares* de edição de texto, como *Word* e *Google Docs*. Esses *softwares* apresentam como ótimas ferramentas, as quais facilitam o processo de revisão, no entanto, é preciso que haja alguns cuidados. O lado bom da tecnologia é que proporciona que os textos sejam revisados em situações em que autor e revisor estejam em lugares distantes, em cidades, estados e, até mesmo, em países diferentes. É possível estabelecer um diálogo entre autor e revisor a distância, através de comentários que podem ser feitos no próprio texto, também por *e-mail* e/ou por *WhatsApp*.

Nesse contexto, resta a pergunta: com tantas vantagens, como a tecnologia poderia reforçar a desvalorização do profissional de revisão de textos? Esses *softwares* possuem corretores ortográficos automáticos e muitas pessoas acreditam que essas ferramentas possam substituir uma revisão feita por um profissional, conforme mencionado anteriormente. Entretanto, sobre isso, Malta afirma:

É mais do que sabido que os tais corretores só atendem parcialmente às necessidades de correção de um texto. Eles não copidescam, não reescrevem, não descobrem erros de datas, de grafia, de nomes de personalidade, vultos históricos, nomes de países, cidades e assim por diante [...]. (MALTA, 2000, p.82)

O profissional revisor tem a liberdade de elaborar suas próprias regras, mas também deve dominar as básicas, tais como as regras gramaticais e ortográficas da língua (norma culta) e aquelas estabelecidas pelo cliente ou pela editora. Respeitar tais regras também faz parte da ética do revisor, tendo em vista que ele não deve fazer intervenções que possam alterar o estilo do autor, ou mesmo que estejam em desacordo com a demanda do escritor, ou da editora, por exemplo.

O trabalho do revisor pode ser feito de forma autônoma (como *freelancer*) ou com vínculo empregatício em alguma empresa. Uma pesquisa rápida no mercado mostra que, atualmente, há mais revisores atuando como *freelancer*, e muito disso se deve à falta de oferta de trabalho no mercado, ou talvez em função das condições precárias oferecidas pelos empregadores. Para trabalhar de forma autônoma, o revisor precisa realizar uma pesquisa no mercado de trabalho e identificar com qual especificidade ele gostaria de trabalhar, se há uma área/campo ou um gênero específico de sua preferência. Essas decisões facilitam suas escolhas no mercado de trabalho. Quando atua de modo independente, o profissional adquire autonomia, pois é o revisor quem realiza o contato com o cliente e pode elaborar suas próprias regras de trabalho, inclusive estabelecer os horários.

O autor cliente e o revisor devem deixar clara a forma como será realizado o trabalho. Ao revisar, o profissional precisa ater-se a fazer intervenções que deixem o texto claro, conciso, coerente, corrigindo as inadequações gramaticais, ortográficas, lexicais, semânticas, mas interferindo o menos possível no modo de o autor se expressar. Para deixar o texto apropriado aos leitores, cabe ao revisor fazer todas as intervenções necessárias, e elas podem ser: alterações no léxico, exclusão de expressões ou frases redundantes, inversão de ordem sintática da frase, reajustes nos parágrafos, além de outras mudanças que podem ser feitas

pelo profissional, com foco no sentido que o autor deseja passar para o seu público.

1.2 Os diferentes tipos de revisão existentes

Há diferentes tipos de revisões que podem ser feitas pelo revisor, e precisa estar atento às especificidades de cada uma delas. O trabalho de copidesque, por exemplo, divide-se em dois níveis: médio e alto (COELHO NETO, 2013). Esses níveis dizem respeito às intervenções que serão feitas ao longo do texto, categorizando-as como interferências de nível médio ou alto.

Apesar de a revisão copidesque dar autonomia para o revisor reescrever trechos, formatando e adequando-os ao local em que será publicado (revista, jornal, livro, *facebook* etc.), são os níveis de interferência mencionados anteriormente que irão definir como será a atuação do revisor no texto. É na atividade de copidesque que o trabalho de um profissional de revisão ultrapassa a linha da superfície do texto, indo além de ajustes gramaticais, ortográficos, de acentuação e de pontuação. Isso porque ele tem permissão para reescrever partes do texto com mais liberdade, podendo alterar expressões, reescrever frases, reorganizar parágrafos e fazer outros ajustes fundamentais à clareza do sentido produzido.

Segundo Serafini (1992), há duas modalidades de revisão: a de conteúdo e a de forma. A primeira modalidade mencionada é de nível global e, de acordo com a autora, requer uma compreensão ampla do texto, visando à clareza, à coesão e à coerência. Já a segunda modalidade é local (localizada) e pode ser feita mecanicamente, mediante a aplicação de regras em determinados trechos, cortando e simplificando frases longas ou retorcidas, com sentido incompleto, suprimindo palavras supérfluas e redundantes, entre outras medidas.

Nesse sentido, Bartlett (1982 *apud* GARCEZ, 1998, p. 30-31) explica haver três etapas a serem seguidas no processo de revisão: “a detecção do problema”, o

que exige uma leitura atenta; a “identificação do problema”, que varia de acordo com a percepção de cada revisor; e a “correção propriamente dita”. Essa última consiste na correção dos desvios gramaticais, estilísticos etc., e depende muito do conhecimento do profissional.

Observa-se que existem diferentes concepções sobre as etapas a serem seguidas em uma revisão, mas, através dos trechos expostos acima, vê-se que esse trabalho não consiste apenas em corrigir desvios gramaticais e ortográficos. Independentemente do número de etapas que o profissional empregar na tarefa de revisar, é preciso estar ciente de que sua atuação é de extrema importância, evitando reforçar o estereótipo criado pela sociedade de que o revisor é uma pessoa que apenas altera as posições das vírgulas dentro do texto.

O fato de haver variados tipos de revisão reforça a necessidade de o revisor apoiar-se em diferentes materiais, levando em conta as características de todos eles. Existe um bom número de manuais, livros, artigos voltados para a prática de revisar textos. Um deles é o *Manual do Revisor*, escrito na década de 60, por Faria Guilherme, um advogado, jornalista e chefe do serviço de Revisão da Imprensa Universitária do Ceará. Apesar de ser um material que já existe há bastante tempo, ele ainda traz fundamentos para quem deseja trabalhar com revisão textual. Em seu livro, o autor ressalta a importância de determinados materiais que o revisor precisa ter acesso, chamadas de *obras de consulta*, a saber:

vocabulário ortográfico, dicionários de Língua Portuguesa e de outros idiomas, dicionários de termos técnicos, de sinônimos e antônimos, de termos populares, analógico, etimológico, gramatical, de coletivos e correlatos, de masculinos e femininos, de regimes de substantivos e adjetivos, de regime de verbos, gramáticas do vernáculo e de outras línguas, enciclopédias, Bíblia Sagrada, publicações especializadas em assuntos linguísticos e gráficos, revistas, catálogos, etc. (GUILHERME, 1967, p. 47)

Na citação supracitada, apresenta-se outra quebra de estereótipo a essa profissão: o revisor não é detentor de todo o conhecimento, principalmente no campo linguístico e semântico. Cabe ao profissional consultar diversos materiais, impressos e digitais, pois isso enriquecerá seu trabalho e não é um sinônimo de que o revisor não está apto para realizar suas tarefas; pelo contrário, é sinal de que ele está buscando realizar a melhor revisão. Assim como qualquer profissional, o

revisor também está passível ao erro, então, é de extrema importância que tenha acesso a inúmeras fontes para pesquisar, antes de fazer ajustes no texto alheio.

1.3 A importância do texto no trabalho do revisor

A Linguística Textual (LT) teve início, no Brasil, na década de 80. De acordo com Marchuschi(2012, p. 16),essa teoria “dispõe, porém, de um dogma de fé: o texto é uma unidade linguística hierarquicamente superior à frase. E uma certeza: a gramática de frase não dá conta do texto”. Não restam dúvidas, a unidade linguística superior à frase, o texto, é o principal objeto de trabalho do revisor.

O contato do ser humano (especialmente desse profissional) com o texto (especialmente o oral) começa bem antes de sua entrada na escola. Felizmente, muitos pais têm o costume de ler histórias para seus filhos, fazendo com que tenham contato com diferentes gêneros textuais, principalmente com os textos narrativos,tais como contos de fadas e fábulas, desde muito cedo. Na sequência, quando o estudante inicia sua vida escolar, começa a ter mais noção sobre o que é um texto e passa a realizar suas primeiras produções textuais escritas.

Assim, ao finalizar o ensino médio, as noções sobre texto já estão bastante claras (ou deveriam estar) na mente, uma vez que fazem parte do cotidiano. Isso leva à indagação: você sabe, de fato, o que é um texto? Ao ser questionado sobre essa noção, é comum que as pessoas tenham dúvidas sobre o que responder, por ser algo que faz parte do cotidiano desde muito cedo, mas nem sempre é uma informação consciente.

A concepção de texto adotada nesta pesquisa segue a definição dada porMarcurschi. Para ele, o texto é“uma unidade comunicativa, que deve obedecer a um conjunto de critérios de textualização (esquematização e configuração), já que ele não é um conjunto aleatório de frases, nem uma sequência em qualquer ordem” (MARCUSCHI, 2008, p.93). A partir desse conceito, defende-se que o texto é uma unidade completa, cujo objetivo principal é o de comunicar.

É tarefa do revisor, portanto, fazer o seu trabalho de modo que o texto possa cumprir com excelência seu objetivode interação social. A revisão de um texto consiste em uma atividade minuciosa, exigindo conhecimento sobre o assunto do texto revisado, o gênero textual em questão e outras especificidades necessárias para realizar um bom trabalho, tais como as questões linguístico-gramaticais, ortográficas e lexicais.

De acordo com Marcuschi (2008, p. 94), “o texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com a participação do seu leitor/ouvinte”. O revisor será, nessa ótica, o primeiro leitor do texto (depois do autor, é claro!), por isso seu trabalho exige extremo cuidado, pois com esse trabalho, ele proporcionará uma boa experiência (ou não) aos futuros leitores. Ao partir dos elementos linguísticos e gramaticais presentes no texto, o revisor lerá e fará interpretações, levantando hipóteses sobre a intenção de dizer do autor. É aí começa o desafio de revisar textos produzidos por pessoas surdas.

Libras possui sua própria gramática, ou seja, apresenta regras próprias no léxico, na sintaxe, enfim, em elementos linguísticos e semânticos. Cabe dizer que tais regras não são as mesmas da língua portuguesa. Assim como é um desafio para o surdo escrever em língua portuguesa, também é um desafio para o profissionalrevisar textos dessa natureza. Faz-se, então,necessárioque tal profissional estude e construa conhecimentos também na área de Libras.

1.4 O estilo do autor

Entre diferentes definições existentes da palavra *estilo*, uma delas é a do dicionário Houaiss (2015, *online*): “Maneira de exprimir-se, utilizando palavras, expressões que identificam e caracterizam o feitio de determinados grupos, classes ou profissões”.

Nesse sentido, Lagazzy (2006) explica que o texto é um espaço de discussão das ideias do autor e, também, um espaço de seleção gramatical. É, então, através dessa seleção que é possível enxergar o estilo de um autor. As escolhas gramaticais dizem muito sobre quem está redigindo um texto, pois quando ele opta por usar uma palavra e não outra, posiciona-se e deixa registrado seu estilo de se expressar, de escrever.

O autor de um texto deixa em seus enunciados diversas marcas, as quais são parte de sua trajetória e foram sendo adquiridas ao longo dos anos. Por esse motivo, o trabalho do revisor precisa ser feito com muita atenção, de maneira que deixe o texto adequado aos diferentes leitores, mas que, no entanto, não apague as marcas deixadas pelo autor, cuidando para fazer a diferenciação entre estilo e equívoco.

Para Lemos, também é preciso ter cuidado e fazer a diferenciação correta entre estilo e erro. A autora ressalta que,

Por vezes, durante a revisão, o profissional da área se vê em situações em que surgem dúvidas sobre a melhor versão para um texto: aquela que obedece às regras gramaticais ou aquela que vai de acordo com o estilo do autor, no entanto, foge à norma culta. Nesse caso, entram as muitas variações da língua (mais ou menos formais), que podem se apresentar em forma de fala e, até mesmo, como característica da escrita do autor. Assim, pode ser que o revisor opte por ignorar a norma culta para dar flexibilidade ao texto, conservando o modo como o autor escreveu, bem como adequá-la ao público destinado. Sendo assim, o revisor precisa saber quando é possível ser flexível diante de um texto, uma vez que cabe a ele analisar as particularidades do produto e, conseqüentemente, do estilo do autor. (LEMOS, 2017, p. 45)

Justamente pelos motivos expostos acima, é preciso que autor e revisor estejam sempre em contato. Com as tecnologias atuais, esse trabalho é facilitado, pois, através de alguns cliques, pode-se entrar em contato com o autor do texto em revisão, fazendo essa comunicação de modo rápido e fácil.

De acordo com Discini (2015), há três aspectos sobre o estilo do autor que devem ser levados em consideração: a duração (contínua ou descontínua), a dinamicidade (cinética ou estática) e a telicidade (orientação télica ou atélica). Os elementos listados pela autora ajudam o revisor a ter uma visão melhor do limite entre interferir no estilo do autor e ajustar desvios gramaticais e linguísticos. Quando determinada palavra, expressão ou estrutura frasal, por exemplo, aparece no texto de forma contínua/repetitiva, o revisor vai considerar como algo característico do estilo da pessoa que está escrevendo. No entanto, sempre é importante fazer o contato com o produtor do texto para saber se isso, de fato, foi escrito de forma proposital.

Em textos de autores surdos, foco desta pesquisa, é comum encontrar estruturas frasais diferentes da ordem sintática da língua portuguesa, que é: sujeito

+ verbo + objeto (SVO). Nesses casos, especificamente, é necessário que se faça alterações gramaticais, pois, apesar de ser algo comum em Libras, não é comum na língua portuguesa, portanto, requer ajustes. Além disso, também é preciso levar em consideração o gênero textual que está sendo revisado e a qual público o texto será divulgado. Em um texto que vai circular somente no meio em que as pessoas são surdas, na sua maioria, a ordem sintática invertida não acarretará problemas de sentido, mas, quando o público é composto por muitos ouvintes (em casos de aula de Libras a ouvintes, por exemplo), com pouco conhecimento em Libras, isso tenderá a dificultar a comunicação, demandando ajustes.

2 PARÂMETROS HISTÓRICOS DA LIBRAS

No Brasil, conforme destaca Goldfeld (1997), somente na década de 90 as escolas especiais reconheceram a necessidade de praticar uma educação bilíngue, ou seja, uma educação que proporcionasse aos surdos a aquisição da língua de sinais e da LP. A educação bilíngue é, segundo Quadros,

[...] uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (QUADROS, 1997, p.27)

Durante mais de um século, no mundo inteiro, os surdos foram proibidos de sinalizar, dificultando sua comunicação eficiente na sociedade. Assim, de acordo com Pereira (2014), foram privados de adquirir informações, histórias e conhecimento de e sobre o mundo, tendo em vista que essas informações se encontravam na forma escrita, e os surdos não conseguiam adquirir, de maneira plena, a língua escrita.

Libras, assim como outras línguas orais, possui semântica, sintaxe, pragmática, fonologia e morfologia próprias, formando uma gramática específica. Quanto ao surgimento da Libras, há documentos históricos relatando que o genro de D. Pedro II redigiu uma carta e encaminhou à França, demandando que construíssem a primeira escola de surdos na França.

Um dos alunos que estudou nessa escola veio para o Brasil, em 1855. Dois anos após a sua chegada, ele construiu a primeira escola de surdos no país, localizada no Rio de Janeiro e, na época, chamada de Imperial Instituto de Surdos Mudos. Atualmente, a escola chama-se Instituto Nacional de Educação de Surdos. Ela está em funcionamento até hoje e tem grande valor para a comunidade surda. Assim como a escola, o seu fundador, Huet, recebe homenagens até os dias atuais, pois ele teve muita importância na educação de surdos no Brasil.

Ao ser criada, Libras continha muitos sinais oriundos da língua de sinais francesa. Alguns desses sinais foram modificados, mas outros continuam iguais até os dias atuais, mantendo e mostrando algumas semelhanças entre as duas línguas de sinais: a francesa e a brasileira.

2.1 Cultura e Identidade Surda

Cultura é um termo que carrega diversos conceitos. De acordo com Strobel (2008), alguns pesquisadores vêm tentando definir um conceito para cultura desde o século 19, mas não obtiveram sucesso, e o termo já tem mais de duzentas definições.

Nesta pesquisa, definimos cultura como uma espécie de herança, passada de geração para geração. A cultura pode ser uma vestimenta, comida típica, hábitos, valores e também a língua falada por um determinado povo. A cultura pode ser vista como algo plural, como é o caso da cultura seguida por uma determinada região. No entanto, ela também pode ser vista de forma singular, quando é usada apenas por sujeitos de uma mesma família, por exemplo.

Neste trabalho, consideramos a cultura como algo plural, tratando-se de algo mais abrangente. Entrando no campo dos estudos culturais, adotamos a definição de Hall (1997), afirmando ser a maneira de ver, interpelar, ser, explicar e compreender o mundo.

Segundo Strobel (2008), os estudos culturais iniciaram na Inglaterra e, logo após, expandiram-se para outros países, formando um campo interdisciplinar de estudos. Para Culler (1999, p. 49), o estudo cultural consiste em “[...] compreender o funcionamento da cultura, particularmente no mundo moderno: como as produções culturais operam e como as identidades culturais são construídas e

organizadas, para indivíduos e grupos, num mundo de comunidades diversas e misturadas [...].”.

Há diversas definições de cultura, e esse conceito também está presente na comunidade surda. As expressões *cultura surda* e *identidade surda* têm se legitimado na defesa de que a língua de sinais é a língua oficial do surdo. A falta de interesse, ou talvez a dificuldade do ouvinte em estabelecer comunicação com o surdo, impulsionou a comunidade surda a criar sua própria cultura, que é fortalecida através da língua de sinais. Com as palavras de Labourit, autora e pesquisadora surda, pode-se reforçar o que foi dito anteriormente: “Quero entender o que dizem. Estou enjoada de ser prisioneira desse silêncio que eles não procuram romper. Esforço-me o tempo todo, eles não muito. Os ouvintes não se esforçam. Queria que se esforçassem”. (LABOURIT, 1994, p.39)

No documentário intitulado *Eu sou surda e não sabia*, pode-se visualizar como a falta de identificação dos surdos com sua comunidade interfere diretamente em todas as suas relações sociais. O diagnóstico da surdez, muitas vezes tardio, e a dificuldade dos pais em aceitarem a condição do filho, faz com que os surdos acabem sendo excluídos das interações sociais.

Nesse contexto, definimos cultura como tudo aquilo que caracteriza uma determinada comunidade. A cultura é transmitida através da observação e da reprodução de gestos, hábitos e costumes, que vai passando de geração para geração. Os mais novos herdam hábitos dos mais velhos, que vão sendo renovados e adaptados de acordo com a evolução dos sujeitos e da sociedade.

Além disso, outros fatores, tais como sexo, religião, cor e orientação sexual também contribuem e interferem diretamente na cultura da comunidade e de cada um. No entanto, é principalmente no uso da linguagem, através da língua, que o sujeito constitui sua identidade e adquire sua cultura. No caso da pessoa ouvinte, é mais fácil construir uma cultura ou identidade própria, pois já está acostumada a conviver com outros ouvintes, a ouvir chamarem seu nome e responder a eles. A maioria dos sujeitos surdos são filhos de pais ouvintes, então, eles acabam crescendo no meio da cultura ouvinte e, geralmente, sentem-se perdidos, pois não é àquela cultura que pertencem.

A partir da língua de sinais, o surdo consegue construir sua identidade e identificar sua própria cultura, algo que é muito importante para sua vida em comunidade. Muitas vezes, o encontro com sua própria identidade só acontece na adolescência, ou mesmo na vida adulta, pois é nesse momento que o sujeito começa a buscar pessoas semelhantes à sua realidade.

Para que ele enfrente o mínimo possível de dificuldades durante sua vida, o ideal seria que estivesse em contato com outros surdos desde o seu nascimento, para já começar a construir sua identidade surda, de modo similar ao que acontece com o ouvinte, tornando-se uma situação mais normal. A pessoa vai crescendo e, naturalmente, toma consciência do grupo ao qual pertence, com quais valores se identifica e cria sua identidade individual e de grupo, de maneira natural, começa a se identificar com seus semelhantes e se adequar a essa comunidade.

Normalmente, o ouvinte constrói sua identidade de maneira inconsciente, pois, por fazer parte de um grupo que é maioria, ele segue essa corrente social, sem questionamentos. Já o sujeito surdo está em minoria e fora dos parâmetros sociais do grande grupo, apesar de já haver avanços, por isso precisa encontrar e conquistar seu espaço/sua identidade na sociedade, ainda bastante voltada à realidade do sujeito ouvinte.

Apesar de ser um contínuo, as relações e práticas sociais mudam ao longo da nossa vida, já que elas não são estáticas, nem imutáveis (STROBEL, 2008). Da mesma maneira aconteceria na vida do sujeito surdo, caso estivesse em contato com outras pessoas na mesma condição, já desde o início da sua existência.

É impossível falar de cultura surda e não falar de identidade. A construção da identidade baseia-se num processo de *associação* a um determinado grupo e de *dissociação* de outro. O sujeito pertence a um dado grupo por identificação com valores, pensamentos etc., enfim, à cultura, que é própria daquele grupo de indivíduos, por possuírem pensamentos e outras características semelhantes. A cultura adquirida, assim como a identidade, manifesta-se nas roupas que se usa, no jeito de falar e nas relações pessoais. Cultura e identidade são duas noções que o sujeito carrega consigo, mesmo que de forma involuntária e que, além de formar o caráter, os apresenta para outras pessoas.

As pessoas costumam fazer julgamentos, muitas vezes de forma involuntária, assim que se deparam com alguma situação que foge ao que estão acostumados a ver, conviver ou ouvir, e com os surdos isso não é diferente. Muitos ouvintes, ao entrarem em contato com um surdo, acreditam que aquela pessoa não interage e não é capaz de ter uma vida social ativa. Essa é uma imagem completamente equivocada que muitas pessoas têm sobre indivíduos da comunidade surda.

O surdo é uma pessoa como qualquer outra, capaz de se comunicar, ir a festas, estudar, namorar, casar, ter filhos, enfim, fazer qualquer atividade individual e social. Esse estranhamento acontece justamente pelo fato de que as pessoas não conhecem a cultura surda, que também está ligada à forma com que os surdos se comunicam, englobando também outros fatores. Então: o que é, de fato, a cultura surda que os ouvintes, na maioria, desconhecem?

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das 'almas' das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2008, p.30)

Apesar disso, ao se falar em cultura surda, não se pode afirmar que todos os surdos possuem a mesma cultura. Cada grupo de pessoas possui os seus hábitos e costumes, incentivados pela região em que vive e diversos outros fatores, conforme já mencionados ao longo deste capítulo. No Brasil, por exemplo, tem-se a Associação de Surdos Gays, Comunidades de Surdos Implantados e diversos outros grupos, e cada um deles tem seus próprios costumes, hábitos, enfim, sua cultura.

2.2 A escrita dos surdos em Língua Portuguesa

A palavra *SignWriting*, em tradução para a língua portuguesa, significa escrita de sinais. De acordo com Klimsa (s/d), o sistema de escrita de sinais surgiu em 1974, por Valerie Sutton, com o intuito de escrever danças e seus movimentos. Com esse sistema, foram surgindo as primeiras noções sobre configuração de

mão, movimentos, expressões faciais e pontos de articulação, elementos característicos da Libras.

Atualmente, diversas instituições ligadas à comunidade surda já utilizam esse sistema, e ele pode ser adaptado para a língua escrita de cada país. Ainda de acordo com a autora supracitada, no Brasil, o sistema de escrita de sinais começou a ser utilizado em 1996 e, atualmente, com o avanço da tecnologia, o *SignWriting* já evoluiu bastante e apresenta várias melhorias.

O interesse no texto produzido pelo surdo vem crescendo, mas ainda se apoia em ideias generalistas (KLIMSA, s/d). Infelizmente, ainda há poucas pesquisas acerca da escrita de surdos em língua portuguesa, mesmo sendo um tema muito importante e um campo com muitas informações a serem exploradas. No Brasil, o amparo a pessoas com deficiência é um efeito da Constituição de 1988, no Capítulo II, estabelecendo que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; [...] (BRASIL, 1988, p. 5)

No entanto, na prática, isso nem sempre ocorre. Pessoas com deficiência acabam, muitas vezes, sendo excluídas da sociedade, principalmente na infância, quando deveriam ser inseridas no ambiente escolar. Isso, além de prejudicar o seu aprendizado, afeta outras áreas de sua vida. Especificamente sobre o ensino de pessoas surdas, é previsto pela Lei nº 10.436/2002 que todos os surdos tenham acesso à educação bilíngue. Nessa forma de ensino, o surdo tem acesso à Libras como primeira língua e à LP como segunda língua. Apesar disso, os sujeitos surdos ainda se deparam com muitas dificuldades na aquisição do português, e

muito disso se deve à baixa qualidade do ensino, bem como ao descumprimento da lei.

Mas nem sempre foi assim. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados em 1988, não estava previsto o ensino de LP para surdos como segunda língua, ignorando os processos de ensino necessários a essa população. De acordo com Quadros (1997a, 1997b), o aprendizado de português para os surdos tem-se dado como uma língua estrangeira, pois exige um ambiente artificial e metodologias próprias, criadas para esse aprendizado. Por esse motivo, diversos autores, tais como Moura *et.al.* (1993), Brito (1995), Ciccone (1996), Quadros (1997a, 1997b), entre outros, defendem que todo surdo deve ter acesso à língua brasileira de sinais como primeira língua, e o português deve ser adquirido como segunda língua, pois, para o surdo, esse idioma apresenta especificidades em seu processo de aquisição, diferente de aprender Libras.

Para os autores mencionados acima, Libras é uma língua natural, que tem organização em todos os seus níveis gramaticais (fonologia, morfologia, sintaxe...), realizando a mesma função de uma língua oral. A diferença entre a língua de sinais e a língua oral se dá, no entanto, nos recursos utilizados para configurar cada uma delas. Na língua de sinais, a comunicação é feita a partir de recursos gestuais e espaciais, sendo denominada como uma língua gestual-visual-espacial, ou somente visual-espacial. Já a comunicação na língua oral é feita por meio de recursos auditivos, e ela é denominada como uma língua oral-auditiva.

Como muitos surdos pertencem a famílias ouvintes, eles são, primeiramente, expostos à LP. Apesar de a língua de sinais ser oficial no Brasil, a Libras não é utilizada ou conhecida por todos os surdos, pois algumas famílias têm dificuldade em aceitar a condição da pessoa surda e acabam, por vezes, tendo uma resistência em utilizá-la. Essa atitude, no entanto, como já visto, está equivocada, pois eles devem ser expostos primeiro à língua brasileira de sinais e depois à LP.

Geralmente, esses sujeitos começam a estudar em uma escola tradicional, com poucos (ou nenhum) funcionários preparados para atendê-los, tornando seu processo de aprendizagem ainda mais difícil. Além disso, outro fator que dificulta

esse aprendizado é que, muitas vezes, o sujeito surdo entra na escola já na fase de alfabetização, sem ter tido acesso a nenhuma das duas línguas.

Cabe lembrar que a LP deve ser ensinada para que os surdos saibam escrever e não para que eles saibam oralizar, e é exatamente isso que ocorre na maioria dos casos: surdos são forçados a aprender a língua portuguesa falada. O fato de os surdos aprenderem a LP através da oralização é prejudicial, pois, na maioria das vezes, eles aprendem apenas fragmentos da língua, e esses trechos são passados para a escrita. Além disso, essa imposição tem feito com que, por muito tempo, os surdos crescessem analfabetos. Diferente do que muitas pessoas pensam, o fato de o surdo ser exposto primeiramente à língua de sinais não fará com que ele tenha um desempenho ruim na língua escrita. Ao contrário, a partir do momento em que ele entra em contato com a língua de sinais, descobre um novo mundo, o seu mundo, e se vê impulsionado pela vontade de querer aprender sempre mais.

É preciso que esse sujeito tenha acesso às duas línguas, pois através da Libras irá se comunicar oralmente e, via LP, terá acesso a dados históricos, do Brasil e do mundo, e informações do dia a dia, como as que circulam em jornais impressos, por exemplo. Sobre isso, estudiosos como Fernandes (1990), Brito (1995), Goés (1996), Quadros (1997a, 1997b) e Silva (2001) afirmam que, devido a essas metodologias de ensino, que são consideradas tradicionais, os surdos não têm a oportunidade de aprender as práticas linguísticas do português de modo significativo.

Com a falta de metodologias adequadas, os surdos apresentam dificuldades em aprender a LP escrita, fato atribuído a seu impedimento auditivo, mas essa constatação está totalmente equivocada. Para Fernandes (1990, p.148), “os processos que vêm sendo utilizados na reeducação da maioria dos surdos profundos congênitos estão longe de ser linguisticamente eficazes”.

O Ministério da Educação (MEC) defende que tanto surdos quanto ouvintes dividam a mesma sala de aula. No entanto, ainda há inúmeras barreiras que impedem essa realidade e a principal delas é a ausência de profissionais capacitados, pois não basta ter apenas um professor que saiba Libras em sala de aula, é preciso o apoio de um ou mais intérpretes, de acordo com o número de surdos existentes na turma.

Para facilitar a aprendizagem do português escrito, o professor precisa recorrer a diferentes recursos, principalmente aos visuais, pois o conhecimento de mundo do surdo se dá através das experiências visuais que ele tem. Vídeos, figuras, jogos, *slides* e todo tipo de recursos visuais, associados ao uso da língua brasileira de sinais, facilitarão o processo de ensino e de aprendizagem, ajudando na escrita do surdo, em LP.

O professor precisa, ainda, ter conhecimento sobre Libras para conseguir elaborar bons métodos e técnicas de ensino. Ele deve abandonar a ideia de que, para aprender uma língua escrita, a pessoa precisa dominá-la também na forma falada (BRITO,1993). É necessário, de acordo com Guarinello (2005), que o professor ou o fonoaudiólogo não analise somente o produto, ou seja, o texto acabado, mas as condições de produção que resultaram naquele produto.

A aquisição de LP pelo surdo deve, portanto, partir daquilo que ele já tem domínio: a Libras. Sobre isso, Guarinello (2005) afirma que:

é essa língua que dará toda a base linguística para a aprendizagem de qualquer outra língua. Desse modo, as dificuldades encontradas no português escrito dos surdos podem ser referenciais para um trabalho com a escrita como segunda língua, já que não se trata apenas de ensinar a língua escrita, mas de usá-la, ou seja, fazer com que ela funcione como recurso para a interação e interlocução, de maneira que o sujeito possa manipular a língua portuguesa nas suas várias possibilidades. (GUARINELLO, 2005, p.66)

Outro fator que pode ser prejudicial no aprendizado de sujeitos surdos é a dificuldade de se inserirem na comunidade escolar, principalmente em escolas que são frequentadas, predominantemente por pessoas ouvintes. Com isso, as interações ficam mais limitadas e, conseqüentemente, o processo de aprender a língua escrita torna-se mais difícil.

2.3 A revisão de textos produzidos por pessoas surdas

Após uma breve introdução sobre o ensino de português para pessoas surdas, chegamos ao tema principal desta pesquisa: a revisão de textos produzidos por pessoas surdas. No entanto, vale ressaltar que é impossível falar do principal objeto de trabalho do revisor, o texto, sem fazer uma breve abordagem sobre o ensino, principalmente quando falamos de textos escritos por pessoas surdas.

De forma similar ao ensino convencional, alguns equívocos cometidos por revisores que trabalham com textos de autores surdos ocorrem, muitas vezes, devido à falta de conhecimento do profissional acerca da língua brasileira de sinais. Primeiramente, é preciso saber que Libras é uma língua e, por isso, possui suas próprias regras, sua gramática. Esse é um ponto essencial, pois se faz necessário conhecer a diferença entre as particularidades da Libras e do português sinalizado. Esse se configura como uma tradução da LP para Libras e é pouco utilizado pela comunidade surda. Uma língua, segundo Ataliba de Castilho (2010), tem como intuito a competência comunicativa e a habilidade em veicular conteúdos informativos e expressar sentimentos e instruções a serem seguidos.

Esse entendimento ocorre quando o profissional revisor de textos se dedica a aprender a língua de sinais mais a fundo, não se limitando ao conhecimento adquirido na sua formação. Assim como uma língua estrangeira, para aprender Libras é preciso estar em contato com sujeitos surdos, participar de eventos promovidos pela comunidade (esses eventos, em sua maioria, ocorrem em universidades e associações de surdos) e praticar, mesmo que sozinho, a língua, sinalizando diversas vezes cada sinal. Tornar-se fluente em Libras requer treino e tempo, porém, para trabalhar na revisão de textos de surdos, não há necessidade de o profissional ser fluente na sinalização. No entanto, é preciso ter um bom conhecimento sobre a estrutura dessa língua visual e sobre a cultura surda.

Para realizar um bom trabalho, o revisor deve assumir, em diferentes momentos, o papel de autor, para sentir as mesmas dificuldades que foram sentidas ao longo daquela produção textual. Sobre isso, Oliveira afirma:

Assim, para subsidiar a atividade de revisão, o profissional precisa levar sempre em conta, na interação com o autor, a sua posição exotópica, uma vez que é desse lugar que ele pode mediar seus conhecimentos para que o autor possa dar um melhor acabamento ao texto. (OLIVEIRA, 2016, p. 57)

Na revisão de textos de pessoas surdas, a necessidade *decolocar-se no lugar do outro* fica ainda mais explícita. É preciso levar em consideração, além da língua e das etapas a serem seguidas pelo revisor, toda uma bagagem histórica e cultural. É preciso considerar as relações entre o autor da obra e o destinatário, o local em que aquele texto irá circular, as escolhas sintáticas e lexicais feitas, o motivo dessas escolhas. Ou seja, levar em conta todos os elementos do texto e

organizá-los de forma que o estilo do autor não se perca, mas visando a deixar o texto harmônico e de fácil entendimento, com coesão e coerência.

Devido ao fato da Libras ser uma língua diferente da LP, a etapa de revisão de textos torna-se ainda mais importante. O revisor é a ponte entre o surdo e o público-alvo, geralmente ouvintes, para que a comunicação seja estabelecida de forma clara, na modalidade escrita. Para isso, esse profissional precisa ter diversas atribuições, que são ressaltadas no livro *Manual do Revisor*, já citado anteriormente neste trabalho. Conforme o autor,

[...] é indispensável que os revisores sejam donos não só de uma cultura tão vasta quanto variada, como igualmente de bastante tirocínio profissional e gosto literário; que não se limitem apenas a corrigir descuidos ortográficos e tipográficos, mas falhas de memória, citações defeituosas, os lapsos da escrita e a pontuação inexata; numa palavra, os erros de toda a espécie que escapam dos autores; que possam, enfim, desobrigar-se perfeitamente das suas funções, legitimando as justas e elogiosas referências que sempre mereceram dos mais célebres escritores e gráficos de todos os tempos [...]. (WLASEK FILHO, 1966, *apud* GUILHERME, 1967, p. 43)

Através dessa citação, pode-se ver a importância do repertório cultural que o revisor deve construir, reforçando o que foi dito anteriormente sobre a cultura do autor ser levada em conta, principalmente em textos de pessoas surdas. Para isso, é preciso que o revisor conheça essa cultura e amplie seu repertório, visando a realizar o melhor trabalho de revisão para aquele autor.

Em textos de autores surdos, a tendência é que o revisor efetue a atividade de *copidesque*, ou seja, um trabalho de reescrita. Isso se dá por estar lidando com uma gramática diferente da de LP, precisando de ajustes que vão além da correção ortográfica e gramatical. Para Malta (2000, p. 16-17), o trabalho de *copidesque* exige ainda mais esforço vindo do revisor, já que será preciso reescrever e reestruturar frases, tornando-se um trabalho diferente da revisão comumente realizada. Essa prática demanda mais tempo, dedicação, esforço e conhecimento da LP.

2.4 Aspectos gramaticais da Libras

Ler e escrever são dois processos, duas competências, muito importantes para que um sujeito consiga participar ativamente nas instâncias e eventos sociais. O surdo, na maioria das vezes, tem como primeira língua Libras, que possui uma

estrutura gramatical diferente do português. Por esse motivo, o sujeito surdo encontra algumas dificuldades na hora de ler e escrever em português, algo que pode interferir diretamente nos processos de interação social.

Normalmente, ao ler um texto de uma pessoa surda, encontram-se diversos desvios na escrita em LP, por essa não ser a língua materna do autor. Para saber efetuar uma boa revisão, o profissional deve conhecer a estrutura da gramática de Libras, já que é algo que a maioria dos ouvintes não está acostumada.

Libras se faz presente há muitos anos em nosso país, mas só foi reconhecida como língua oficial em 2002, através da Lei Federal nº 10.436. Cabe dizer que Libras não é uma tradução da LP, nem se trata de um português sinalizado, como muitas pessoas pensam, ela tem sua própria gramática e especificidades. No entanto, e de acordo com Batista,

uma parcela significativa da sociedade que não vivencia o contexto socioeducacional de pessoas surdas tende a imaginar que a sinalização/gestualidade é uma forma de transmitir o português com as mãos, utilizando-se do alfabeto para soletrar as palavras pronunciadas pelo falante. Um equívoco. Outro equívoco é que a língua de sinais só transmite ideias concretas, as abstratas não são percebidas pelos surdos. (BATISTA, 2011, p. 30)

É importante ressaltar ainda que a Língua de Sinais não é universal, ou seja, não é a mesma, igual, em todos os países. Isso porque cada nação construiu sua própria língua de sinais, assim como as línguas orais auditivas, reforçando sua variedade linguística. Ainda conforme Batista:

[...] certos sinais/gestos produzidos em uma região podem não ser representados da mesma forma em outra região do país. Como também os idioletos são bastante recorrentes na Libras, seus usuários reproduzem uma situação sócio-econômica-cultural em suas falas gestuais, variando de acordo com a região e cultura, como também, nós ouvintes, reproduzimos nossas variações linguísticas diatópicas e diafásicas. (BATISTA. 2011, p.37)

No entanto, há alguns sinais que podem ser considerados universais. Para facilitar a comunicação entre pessoas surdas, foi criada a Língua Gestual Internacional, ou seja, Gestuno. Essa língua artificial é utilizada pela comunidade surda em eventos e viagens internacionais, para que todos consigam se comunicar de modo mais fácil e com eficiência.

Na LP tem-se signos, palavras; já na Libras, tem-se sinais. Esses sinais podem ser icônicos (um gesto que remete exatamente ao que está sendo falado) ou não icônicos, quando o entendimento depende do significado e do contexto da frase. Os sinais também se diferenciam pela classificação de alguns parâmetros, tais como:

1. Configuração de mão (CM): representa a língua de sinais em seu nível fonético. Em 1995, Brito (1995) definiu 45 configurações de mão para a Libras. Anos depois, em 2011, Pimenta (2011) definiu 61 CM na língua. São elas:

Figura 1: Configuração de mão na LIBRAS



Fonte: Introdução à Libras: Língua, cultura e história
Autor: Silvia Witkowski

2. Movimento (M): o movimento é um dos parâmetros mais complexos, pois um sinal pode ou não apresentar movimento. Nas imagens abaixo, temos exemplos de sinais que possuem movimentos e outros que não possuem

Figura 2: Parâmetro do Movimento na Libras



Fonte: Introdução à Libras: Língua, cultura e história
 Autor: Sílvia Witkowski

3. Ponto de articulação (PA): esse parâmetro refere-se ao local do corpo onde o sinal é articulado. De acordo com Brito (1995), os principais pontos de articulação são: cabeça, tronco, mão e espaço neutro. Na imagem abaixo, tem-se os sinais *aprender* e *trabalhar*. O primeiro tem o seu PA na cabeça, enquanto o segundo é realizado em espaço neutro.

Figura 3: Parâmetro do Ponto de Articulação na Libras



Fonte: Introdução à Libras: Língua, cultura e história
 Autor: Silvia Witkowski

4. Orientação de mão (OM): diz respeito à direção em que a palma da mão aponta durante a realização do sinal, conforme mostra o exemplo abaixo:

Figura 4: Parâmetro da Orientação de Mão na Libras



Fonte: Introdução à Libras: Língua, cultura e história
 Autor: Silvia Witkowski

5. Expressões faciais (EF): esse parâmetro, se comparado à língua oral, é equivalente à entonação. As expressões faciais são de extrema importância para as línguas visuais-espaciais. No exemplo que segue, é possível ver como a EF define a intensidade da sinalização e diferencia os sinais.

Figura 5: Parâmetro das Expressões Faciais na Libras



Fonte: Introdução à Libras: Língua, história e cultura

Autor: Silvia Witkowski

Todos os elementos mencionados acima constituem a sintaxe da Libras. Quando se fala da sintaxe de uma língua visual-espacial, é preciso ter muita clareza sobre o espaço e sobre tudo o que está por trás de uma sinalização. Os elementos sintáticos da língua brasileira de sinais se constituem através das noções espaciais que ocupam.

Portanto, a diferença da língua de sinais para qualquer outra língua se dá na maneira como as regras gramaticais são expressadas, já que é uma língua visual. Os pronomes, por exemplo, efetivam-se quando se aponta para o referente, usando o dedo indicador, conforme mostram os exemplos abaixo:

Figura 6: Pronomes no singular



Fonte: Introdução à Libras: Língua, cultura e história

Autor: Silvia Witkowski

Figura 7: Pronomes no plural



Fonte: Introdução à Libras: Língua, cultura e história

Autor: Silvia Witkowski

Os verbos, por sua vez, dividem-se em três classes: simples, com concordância e espaciais. Na primeira classe estão os verbos que não possuem

flexão de pessoa e número; na segunda, estão os verbos que têm flexão em pessoa, número e aspecto; na terceira e última classe estão os verbos que utilizam afixos locativos, como os adjetivos, que não recebem marcação de número nem de gênero.

Nos substantivos, a flexão de plural ocorre, na maioria das vezes, através da repetição de sinal. A marcação de gênero, quando necessária, é feita pela sinalização dos termos feminino e masculino, antes de ser utilizado o sinal a que está se referindo. Os advérbios de tempo têm sua marcação feita através da flexão do verbo, e aí é possível visualizar mais uma das diferenças entre a gramática da Libras e da LP. As diferenças encontradas na comparação das duas gramáticas ocorrem, justamente, porque a LP é uma língua oral, enquanto que Libras é visual-espacial.

Assim como na LP, a língua de sinais também tem seus próprios processos de anaforização. Esse recurso é feito a partir do ato do interlocutor de apontar ou se deslocar à medida que sinaliza, e é esse procedimento que faz com que a sinalização seja entendida de forma clara e concisa.

Os aspectos sintáticos da Libras também se diferenciam dos da LP. Autoras como Felipe (1889) e Brito (1995), por exemplo, afirmam que, mesmo havendo essa diferença, a língua de sinais também segue a ordem dos sinais em sujeito, verbo e objeto (SVO), respectivamente. Apesar disso, em alguns casos também podem ocorrer outras ordens, tais como sujeito, objeto e verbo (SOV) ou, ainda, objeto, sujeito e verbo (OSV). Sobre essa inversão sintática, Labourit afirma que:

um ouvinte começa a frase pelo sujeito, depois, o verbo, o complemento e, no final, a ideia. Na língua de sinais, exprimimos primeiro a ideia principal, em seguida acrescentamos eventualmente os detalhes e a ornamentação da frase. Sendo comer o objeto principal, ele é exprimido primeiro na frase dos sinais. (LABOURIT, 1994, p. 20)

A ordem SOV pode ocorrer nos casos em que a informação tem uma relação clara entre a atividade e o objeto, quando fica expresso um sentido espacial. A partir dessa construção, outras podem ocorrer, como é o caso das Construções Duplas, utilizadas para enfatizar informações. Apesar de manter a estrutura padrão SVO, a construção mais utilizada na Libras é a de OSV. Esse último é um processo bastante comum e denomina-se topicalização. De acordo

com Quadros e Karnopp (2004, p. 146), o processo de topicalização: “[...] está associado à marcação não-visual com a elevação das sobrancelhas [...] Ou seja, pode ser seguido por uma marca não-manual de foco (se a sentença for focalizada), de negação (se for negativa), interrogativa (se for interrogativa)”.

Com esse breve relato sobre a gramática da Libras, é possível entender que há muito o que estudar, principalmente aqueles profissionais que desejam trabalhar como revisores de textos produzidos por sujeitos surdos. A língua brasileira de sinais possui diversas especificidades e essas aparecerão, com frequência, na língua escrita.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa é qualitativa. No entender de Flick (2009, p.09), “a pesquisa qualitativa parte da ideia de que métodos e a teoria devem ser adequados àquilo que se estuda [...]”. Isso significa que a pesquisa qualitativa apresenta diferentes pontos de vista. Ainda segundo Flick,

a estrutura dos grupos levados em consideração é definida antes da coleta de dados [...] esse procedimento é adequado para posterior análise, diferenciação e, talvez, ao teste de hipóteses sobre aspectos comuns e diferenças entre grupos específicos. (FLICK, 2009, p.120)

O *corpus* desta pesquisa foi constituído por textos produzidos por sujeitos surdos e também por entrevista realizada com eles. Em paralelo a isso, foi realizada uma entrevista com revisores de textos, graduados em bacharelados e/ou em licenciaturas em Letras.

O contato com ambos os grupos foi realizado via e-mail. Para o grupo composto por sujeitos surdos, as perguntas feitas foram estruturadas a partir de critérios que interferem na produção textual, como estudar ou não em escola bilíngue. Para compor esse primeiro grupo, inicialmente foi feito contato com 6 pessoas: 4 delas se dispuseram a participar da pesquisa, uma não retornou e uma disse não ter familiaridade com o tema da produção textual solicitada. A solicitação de uma produção textual, além da entrevista, foi uma iniciativa da autora deste estudo, tendo em vista a importância de ter contato com textos produzidos pelos autores surdos. Para tanto, escolheu-se um tema, a saber, Ensino de Libras a Distância, inspirado no momento atual de pandemia, quando as aulas estão sendo realizadas de modo *online*. Essa situação demanda a mudança no modo de vida, inclusive no ensino, que deve ser a distância. Ensinar e aprender de forma remota é um grande desafio, principalmente em uma disciplina totalmente visual, em que o contato pessoal (face a face) é um facilitador para o aprendizado.

Inicialmente, para compor o grupo 2, entrou-se em contato com 6 revisores. Desses, 4 se dispuseram a participar da pesquisa e dois disseram não ter familiaridade com a revisão de textos de pessoas surdas. As perguntas realizadas na entrevista foram estruturadas de acordo com as hipóteses levantadas ao longo desta pesquisa, sobre como se dá o trabalho do revisor, quais as principais dificuldades, entre outras.

A fase de coleta de dados com o grupo 1 dividiu-se em duas etapas: no primeiro contato, foi solicitada uma produção textual cujo tema, conforme mencionado anteriormente, era sobre o ensino de Libras a distância. Das 4 pessoas que participaram da pesquisa, apenas duas enviaram o texto, por possuírem mais facilidade com a língua portuguesa escrita. Os outros dois justificaram o não envio do texto, dizendo que encontram muita dificuldade em escrever em português. Após o envio do texto escrito, foi realizada uma entrevista, através de um questionário enviado via e-mail. No fim, os dois participantes surdos que relataram ter dificuldades na escrita, foi enviado apenas o questionário.

A escolha dos participantes do primeiro grupo se deu pela proximidade desta autora com esses sujeitos surdos, além do fato de serem pessoas engajadas com a comunidade surda de Pelotas/RS. Para a escolha dos participantes do segundo grupo, a ideia inicial era entrar em contato apenas com alunos já formados no Bacharelado em Letras – Redação e Revisão de Textos, porém, essas pessoas não tinham tido contato com a revisão de textos de pessoas surdas. Então, nesse sentido, não foi possível limitar os entrevistados a essa formação acadêmica.

Nessas condições, o segundo grupo foi composto por intérpretes e revisores de texto, podendo ser formados em bacharelados ou em licenciaturas em Letras. Desses voluntários, foram coletados os seguintes dados: sua formação acadêmica; se já trabalhou com revisão de textos de pessoa surda; qual a principal dificuldade encontrada ao trabalhar com essa produção textual; qual o tipo de revisão mais adequado para realizar tal trabalho e, por fim, quais os conhecimentos necessários para realizar a revisão de um texto de um autor que tenha Libras como língua materna.

Os textos produzidos pelo primeiro grupo foram analisados a partir de algumas categorias de escrita, ou seja: uso de elementos de coesão e de coerência; identificação de semelhança e de diferenças entre a sintaxe da LP e da Libras;

emprego dos tempos verbais; de acentuação; de pontuação e de elementos comuns à sinalização que podem estar presentes na escrita.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme exposto na metodologia, a coleta dos dados foi realizada em dois momentos: via contato por e-mail e, após, através da aplicação de uma entrevista, feita através de um formulário, com perguntas previamente estruturadas. Para o grupo composto pelos revisores (grupo 2), foi apresentado um formulário constituído por quatro questões, que foram norteadoras deste estudo. Para o grupo composto pelos sujeitos surdos (grupo 1), após a solicitação de um texto produzido por eles, com orientação prévia, foi aplicado um questionário, composto por oito questões, as quais nortearam a pesquisa no que tange à escrita e à revisão de textos produzidos por sujeitos surdos.

Nos dois textos produzidos pelos sujeitos surdos voluntários, foi possível encontrar marcas da língua de sinais na escrita. Conforme Fernandes, isso se justifica porque,

[...] de modo semelhante à oralidade para ouvintes, a língua de sinais organiza, de forma lógica, as ideias do surdo e acaba tendo sua estrutura morfosintática refletida nas suas atividades escritas. Como consequência, teremos produções textuais imensamente distantes daquelas que são tidas como padrão de normalidade, muitas vezes encaradas como dados patológicos de linguagem, que justificam a marginalização dos surdos no contexto escolar [...]. (FERNANDES, 1999 p.66)

Considerando a observação feita por Fernandes, no que se refere às marcas de Libras na escrita do surdo em LP, entende-se que elas devam ser vistas como normais, pois é dessa maneira que o surdo constrói seu pensamento e o expressa. Isso também é reflexo das lacunas que são deixadas ao longo da trajetória escolar desses sujeitos, as quais acabam refletindo diretamente na escrita.

Nas produções textuais estudadas, apesar de os verbos estarem flexionados da maneira correta (conforme regras da língua padrão do português

escrito), eles estão semanticamente inadequados, conforme se vê em um trecho do texto produzido pela autora 2:

“...eles tinham acessíveis para mim...”

Autora 2, pessoa surda

O verbo *ter* (tinham) está flexionado corretamente, porém, semanticamente adequada deveria ser (eram). Segundo pesquisadores do tema, esse uso é recorrente na escrita dos surdos. Eles não costumam cometer grandes desvios ortográficos, mas é comum confundirem o emprego dos verbos, como no trecho acima, em que há a troca entre *ter* e *ser*.

Segundo Brito (1995), em Libras, a indicação de tempo é marcada por advérbios de tempo. No entanto, quando não há esse advérbio, em frases que estão no futuro, por exemplo, é feito o sinal de futuro. Já em frases que estão no tempo passado, é feito o sinal de passado. Muitas vezes, essa marcação se dá em conformidade com o contexto da conversa, bem como por meio de outras marcações próprias da língua de sinais. Essa pode ser uma das explicações para a falta de flexão verbal na escrita dos surdos, uma vez que não é comum para eles essa flexão quando estão sinalizando, fato que, provavelmente, reflete-se na escrita.

Figura 8: Verbo com concordância



► **SINAL:** AVISAR-EU (VOCÊ ME AVISA)

Fonte: Introdução à Libras: linguagem e cultura

Autor: Silvia Witkowski

Na imagem anterior, vê-se exemplos das sinalizações do verbo *avisar*. Ele faz parte do grupo de verbos que estabelecem concordância, mas essa é feita através da direcionalidade do sinal do contexto da conversa (próprios da oralização e não da escrita). O fato de a concordância se dar através da direcionalidade pode causar distorções na escrita em português, fazendo com que a concordância seja efetuada de maneira equivocada, ou nem mesmo seja feita.

Outros elementos investigados nos textos dos voluntários foram o uso de constituintes de coesão e de coerência. O objetivo foi verificar se essas marcas e esses mecanismos se fazem presentes na produção textual dos autores em estudo.

4.1 Resultados obtidos com o grupo 1

Nesta seção, apresenta-se os resultados obtidos pela análise das produções textuais e das entrevistas realizadas com o grupo 1, composto por 4 pessoas surdas. Na Libras, como já mencionado nesta pesquisa, os verbos têm a sua morfologia marcada através da direcionalidade para onde se faz o sinal. Em frases como: *Eu pergunto para você/você pergunta para mim*, o que as diferencia é a

direção para onde o verbo *perguntar* é sinalizado. Então, na língua brasileira de sinais, o verbo não varia (não se conjuga/flexiona), o que justifica a dificuldade dos surdos em conjugar os verbos na língua portuguesa escrita. Nos textos analisados, foi possível observar as dificuldades apresentadas pelos sujeitos na tentativa de realizar essa conjugação. Inicia-se a análise propriamente dita com o texto produzido pelo sujeito 1, uma pessoa surda, de 32 anos.

Autor1:

“Aula virtual”

Texto I

A aula virtual é bem difícil para mim e para alunos também porque a Libras tem cinco parâmetros e tem muito movimento. Não tem diálogo em Libras e não tem como adquirir bem a nova língua de sinais, Libras. Não tem como perceber as diferenças de expressões faciais.

Aulas presenciais tem como corrigir os sinais e expressões faciais se alunos não fariam corretos. Aulas virtuais não tem como ajudar para corrigir, é complicado. Pois os alunos aprendem a Libras se tiverem prática pessoalmente e conviver com os colegas e professora surda.

Para aulas virtuais, precisa mandar as atividades, escrever e explicar como realizar atividades, ruim para mim porque português é a segunda língua, pensando como escrever e solicitar para intérpretes ou pessoas ouvintes para corrigir estrutura de português e depois postar para *moodle*, assim demora mais, por isso tem alunos reclamando “professor surdo demora para postar atividades ou responder no fórum”.

Por isso prefiro dar aula presencial, porque tem como conversar e explicar direto com os alunos, assim eles aprendem melhor e mais rápido, pois tem contato pessoalmente, pessoalmente é muito melhor.

Autor surdo 1

Em Libras, não há artigos definidos e indefinidos, e as preposições aparecem de forma reduzida, ou seja, muitas vezes são atreladas ao verbo e não são sinalizadas. Pode-se ver a falta desses elementos na frase 1, do primeiro texto.

(1) A aula virtual é bem difícil para mim e para alunos também porque a Libras tem cinco parâmetros e tem muito movimento.

Nesse fragmento, é possível visualizar a falta do artigo *os* antes da palavra *alunos*, que fica subentendido no contexto do dizer.

No fragmento 2, percebe-se a repetição de elementos, quando o sujeito lista o que não é possível, na sua visão, aprender durante uma aula *online*.

(2) Não tem diálogo em Libras e não tem como adquirir bem a nova língua de sinais, Libras. Não tem como perceber as diferenças de expressões faciais.

A característica da repetição é bastante comum em línguas de sinais, pois, muitas vezes, devido à dificuldade em aprender a língua escrita, os surdos acabam ficando com um vocabulário mais limitado, ocasionando o uso de repetições.

Na língua brasileira de sinais, os elementos próprios para indicar plural são sinalizados pela repetição do sinal, ou pela sinalização de um número, quando se está falando de algo específico. Por isso, no fragmento 3, que segue, não se vê a marcação de plural, que deveria estar no verbo *tem*, uma vez que ele deveria fazer concordância com o sujeito *as aulas*.

(3) Aulas presenciais tem como corrigir os sinais e expressões faciais se alunos não fariam corretos.

Além disso, ainda nesse fragmento, tem-se uma construção frasal um pouco diferente do que vem sendo apresentado no texto. É possível ver que houve um equívoco na flexão verbal, pois o autor usa *fariam* no lugar de *fazem*, além da falta

de elementos conectivos para ligar o verbo *fazer* ao adjetivo, que deveria aparecer na forma de advérbio.

De acordo com artigo publicado na Revista de Linguística e Literatura Eutomia, de autoria de Nascimento-Sartore:

Quanto aos conectores (preposições e conjunções), existem em pequeno número e os conectores que existem não têm a plasticidade semântica de alguns que lhes são equivalentes em português. O e, por exemplo, na LIBRAS, só é usado para indicar adição. Não há usos observados desse conector indicando oposição. (NASCIMENTO-SARTORE, 2011, p. 239)

É observável que as pessoas surdas apresentam dificuldade para o uso adequado de verbos em português, no que se refere à relação pessoa/tempo/modo, porém, ainda não há estudos científicos explicando a origem exata dessa dificuldade. O principal argumento trazido por autores que estudam Libras, já mencionados anteriormente, diz respeito à forte influência da língua brasileira de sinais na escrita.

Nos fragmentos 4 e 5, retirados do quarto parágrafo do texto 1, encontram-se as seguintes construções:

(4) Aulas virtuais não tem como ajudar para corrigir, é complicado.

(5) Pois os alunos aprendem a Libras se tiverem prática pessoalmente e conviver com os colegas e professora surda.

No exemplo 4, pode-se notar uma inversão da ordem canônica, comum na língua portuguesa (SVO), mas pouco usada em Libras, conforme aponta Labourit (1994). O pouco uso dessa ordem na língua brasileira de sinais é vista como justifica dessa inversão na escrita desses autores, já que não é uma construção que o sujeito surdo está acostumado a utilizar. No exemplo 5, é possível ver, novamente, a inadequação na flexão do verbo *conviver*, pois ele deveria estar flexionado na 3ª pessoa do plural, no presente do indicativo.

No penúltimo parágrafo, além dos desvios já mencionados anteriormente, como falta de flexão adequada entre sujeito e verbo e uso equivocado de preposições, como *para* ao invés de *em* (*no*), tem-se um período muito longo, composto por diversas orações. Também se pode ver uma preferência por construir frases com verbos no infinitivo, algo recorrente na língua de sinais, pois a variação de tempo é feita através de outros mecanismos linguísticos, como sinalizações que remetem a uma noção de tempo, como os sinais de presente e de futuro.

No último parágrafo, há um equívoco no uso da preposição *com*, no lugar de *para*. Além disso, também é possível notar, novamente, a repetição de palavras, mostrando a falta de recursos anafóricos, que são essenciais para garantir a coesão e a coerência do texto escrito em LP.

Por isso prefiro dar aula presencial, porque tem como conversar e explicar direto com os alunos, assim eles aprendem melhor e mais rápido, pois tem contato pessoalmente, pessoalmente é muito melhor.

O estudo segue com base em dados observados no segundo texto. Apesar de os dois serem produzidos por sujeitos surdos, com o mesmo grau de escolaridade, é possível notar diferenças na comparação das duas produções textuais.

Texto II

Agora vou relatar minha experiencia no ensino remoto. Sinceramente, foi muito grande desafio para mim, porque, nunca dei aula online e nunca imaginei que um dia irei dar aula de Libras na Educação a Distância, porém, muitas vezes que já dei as palestras, tipo, uma hora da palestra e discussão, estas palestras tinham acessíveis para mim e para pessoas que estavam assistindo.

Então, quando UFPel começou a discutir sobre possibilidade de retornar as aulas, mas forma distancia, tipo, ensino remoto, eu comecei a pensar muito de forma como ensinar, pois, na minha própria experiencia, nos primeiros dias de aula de Libras, sempre levo interpretes para mostrar as instruções da disciplina de Libras,

explico como é a avaliação, aulas, conteúdo, plano de ensino, entre outros. Muitos alunos ficaram surpresos quando descobriram minha surdez, mas depois acostumaram com a minha presença. Só que relação com a distancia, é bem diferente, fiquei com medo se fico perdida no *webconf*, então, preparei todos vídeos com LEGENDA e ÁUDIO para que os alunos não perdem conteúdos. Também fiz vídeos em Libras (sem legenda nem audio) para que os alunos possam praticar diretamente Libras. Duas formas que os alunos possam acompanhar. E Já estou com terceira semana de aula, observei que os alunos já adaptaram bem com a minha aula de Libras, quando entrei no *webconf*, sem interpretes, os alunos me comunicam com os sinais, se tiveram duvidas e escrevem no *chat*, isso é uma estratégia para mim. Por enquanto, está tudo certo.

Autor surdo 2

No segundo texto, logo na primeira frase, pode-se ver uma marca característica do estilo do autorem questão, que é anunciar o que será falado. Esse fato ressalta que, além do conhecimento em Libras e cultura surda, também é preciso conhecer, ao menos minimamente, quem está escrevendo o texto, para identificar elementos característicos do seu estilo. Ainda no primeiro parágrafo, também é possível identificar a falta de flexão verbal, nas seguintes fragmentos:

- (1) [...] e nunca imaginei que um dia irei dar aula de Libras na Educação a Distância [...]
- (2) [...] estas palestras tinham acessíveis para mim e para pessoas que estavam assistindo.

No exemplo 1, o verbo *irei* está flexionado, mas deveria estar no futuro do pretérito (iria) ou no pretérito imperfeito (ia). Já no exemplo 2, a flexão inadequada está na forma como o verbo *ter* foi utilizado, pois, em seu lugar, era esperado o verbo *ser*, no pretérito imperfeito (eram). Ao longo do texto, se pode identificar a falta de acentuação, conforme mostram os exemplos abaixo:

Experiencia
Distancia

Audio
Interprete
Duvidas

Algumas dessas palavras, como *audio*, aparecem escritas de duas maneiras: com e sem acento. Portanto, nesse caso, é provável que o registro sem o uso do acento seja um problema de digitação e não de desconhecimento da regra de acentuação. Avançando na leitura, chega-se a essa construção:

(6) ...nos primeiros dias de aula de Libras, sempre levo interpretes para mostrar as instruções da disciplina de Libras... para que os alunos possam praticar diretamente Libras.

Nessa frase, tem-se a repetição de palavras, mostrando a falta de uso de elementos anafóricos (sinônimos, pronomes...) no texto. Como já foi mencionado anteriormente, Libras também possui os seus processos de anaforização. Esses consistem no deslocamento do interlocutor ao realizar um sinal, porém, é nítido que esse processo, usado na comunicação sinalizada, dificulta a escrita do surdo em LP.

É possível identificar ainda o advérbio *direitamente*, utilizado de maneira inadequada. Conforme o contexto em que ele está inserido, o leitor consegue entender o que o autor quis dizer, pois *direitamente* foi utilizado como sinônimo de *corretamente*. No entanto, as duas palavras têm significados diferentes, e não podem ser usadas como sinônimos.

Ao comparar os dois textos, vemos que foram estruturados de modos diferentes, embora tenham abordado o mesmo tema. O primeiro deles tem um título, é mais curto e apresenta períodos menos longos. Já no segundo, o autor optou por não colocar um título e não inicia falando diretamente do assunto, buscando explicar, no primeiro parágrafo, sobre qual tema abordará. Além disso, na segunda produção textual encontramos períodos mais longos e mais dificuldades no uso da acentuação.

Em ambos os textos, identifica-se o uso de coesão e coerência, apesar da ausência de determinados termos. Identifica-se também a sequência temporal,

pois as produções têm início, meio e fim. Os dois textos analisados neste trabalho, por se tratarem de produções de pessoas surdas com ensino superior, apresentam boa estrutura e poucos desvios gramaticais.

Nos dois textos, o desvio gramatical mais comum é o da flexão verbal. Segundo Felipe (2008), as línguas neolatinas têm a sua descrição gramatical baseada na tradição greco-latina, justificando os processos morfológicos de desinência de gênero, número e pessoa. Essas flexões mostram como os verbos fazem parte de uma categoria complexa. No entanto, os verbos que compõem as línguas de sinais não possuem essas flexões. Em LP, os verbos apresentam a seguinte estrutura:

Quadro 1 - estrutura verbal

Raiz	é o constituinte de uma palavra que possui significado lexical, mas não possui afixos derivacionais ou flexionais.
Radical	é o constituinte da palavra que possui significado lexical, e inclui somente afixos derivacionais.
Tema	é o constituinte que possui raiz ou radical, além de uma vogal temática
Vogal temática	é o afixo que identifica a flexão verbal

Fonte: do próprio autor

Além dessa estrutura, os verbos também apresentam desinência modo-temporal e número-pessoal. Na categoria modo-temporal, tem-se os elementos que indicam o tempo e a forma do verbo. Já na categoria número-pessoal, os elementos indicam a pessoa do discurso (primeira, segunda ou terceira) e o número (singular ou plural).

Em Libras, os verbos são realizados através de sinais. Assim, a marcação de gênero nem sempre ocorre e os elementos modo-temporais se dão através da sinalização de presente, passado ou futuro, como já mencionado anteriormente. Isso explica a falta de flexão verbal nos textos coletados, pois esse uso não é

comum na estrutura da Libras e, então, quando o sujeito surdo escreve, encontra dificuldades em flexioná-lo de maneira adequada.

A falta de uso de determinados elementos, especialmente na flexão do verbo, na escrita de língua portuguesa também se dá devido ao ensino recebido pelos surdos na sua formação escolar. Os autores dos dois textos em análise, um deles não estudou em escola bilíngue, o que pode justificar maior dificuldade na escrita em LP. Além disso, ele declarou que sua maior dificuldade é na escrita acadêmica, mas não alegou nenhum motivo especial para isso.

Já o autor da segunda produção estudou em escola especial para surdos, o que justifica o fato de seu texto apresentar menos equívocos na escrita da LP. Ainda de acordo com o autor do segundo texto, a dificuldade encontrada em realizar a flexão de gênero e número, em algumas palavras, se dá porque confunde a terminação dos substantivos. Para ele, por exemplo, a palavra *chá* era feminina, pois termina com a letra *a*.

Fernandes (1990), ao realizar uma pesquisa com sujeitos surdos, notou problemas bastante semelhantes com os observados nesta pesquisa, entre eles: confusão no uso dos verbos *ser* e *estar*; uso inadequado de verbos (suas flexões), suas conjugações, tempos e modos. Ou seja, isso mostra que determinados desvios como os identificados neste estudo são comuns na escrita de diversas pessoas surdas.

Como o grupo 1 foi composto por quatro pessoas surdas e todos responderam ao questionário, pensou-se que também se teria quatro textos para analisar e comparar, no entanto, somente dois componentes desse grupo se predispuseram a produzir um texto no tema proposto e enviaram suas produções. Os outros dois entrevistados, conforme explicado na metodologia, alegaram ter muita dificuldade em produzir um texto escrito em LP e, em vista disso, não se sentiam à vontade para enviar a produção. Assim, acabaram fazendo parte somente da segunda etapa da pesquisa.

A escrita do sujeito surdo toma como base sua língua materna, ou seja, Libras, portanto, os desvios cometidos no texto escrito em LP se devem a isso. Talvez, uma solução para tal problema seja adotar, no ensino de pessoas surdas, metodologias visuais, cujo objetivo seja o ensino da escrita do português, com o intuito de facilitar a comunicação dos surdos nessa língua. Além disso, esses métodos podem proporcionar um aprendizado completo, pois, na maioria das

vezes, os sujeitos surdos acabam adquirindo, de acordo com Pereira (2014), somente fragmentos da LP.

Conclui-se, a partir das produções analisadas, que os textos de pessoas surdas, mesmo apresentando a falta de determinados elementos (como conectores e uso de sinônimos) e com a repetição de itens lexicais, apresentam coesão e coerência no sentido produzido. De acordo com Koch (1997, p.35), a coesão textual é “(...) como um fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentido”. Portanto, para que a coesão seja mantida, é preciso que os elementos estejam bem relacionados entre si e, nas produções analisadas nesta pesquisa, isso ocorre, uma vez que as ideias se relacionam, apresentando sequências lógicas.

Além disso, os textos produzidos também estão de acordo com a definição de texto utilizada nesta pesquisa, proposta por Marcuschi (2008). Segundo esse autor, o texto é uma unidade comunicativa, que obedece a determinados conjuntos de textualização.

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa foi dividida em duas etapas: entrevista e produção textual. Segue-se este estudo, analisando as respostas dadas pelos entrevistados do grupo 1.

Foi perguntado como eles (surdos) realizam o contato com o revisor de texto, se era via vídeo ou apenas enviavam o texto por *e-mail*, e se obteve respostas variadas. Os entrevistados 1 e 2 responderam utilizar chamada de vídeo e texto escrito, conforme se vê abaixo:

Chamada de vídeo e escrita de português por email ou whatsapp

Entrevistado 1, pessoa surda

Os dois. Depende do caso, tem alguns textos que eu não consigo escrever, prefiro sinalizar na frente de revisor. Tem alguns textos que eu consigo escrever e revisor me procura se tiver dúvidas.

Entrevistado 2, pessoa surda

Já os entrevistados três e quatro responderam utilizar com mais frequência as chamadas de vídeo, em que sinalizam o texto para o revisor, pois eles têm mais dificuldade em escrever em português. Com base nessas respostas, conclui-se que a prática de revisão em textos de autores surdos é bastante variada, e as regras são acordadas previamente com o autor do texto. Os casos dos autores que preferem utilizar chamada de vídeo, exigem que o revisor seja fluente em Libras.

Foi questionado quais conhecimentos sobre Libras eles consideram necessários ao revisor de seu texto escrito. Para os entrevistados 1 e 2, é importante que se tenha conhecimento sobre a gramática da Libras e a cultura surda:

Revisor conhece a Libras e a cultura surda
--

Entrevistado 1, pessoa surda

Com certeza que precisa saber sobre comunidade surda, cultura, identidade surda e sabe Libras para entender as gramáticas de Libras. Isso é fundamental.
--

Entrevistado 2, pessoa surda

As respostas dadas reforçam o que foi dito na fundamentação teórica sobre a importância de o revisor dominar não só as regras da língua portuguesa, mas também as de língua brasileira de sinais, bem como as suas especificidades. Os entrevistados três e quatro, por terem mais dificuldade na escrita, responderam que o trabalho do revisor é importante, mas não discorreram sobre quais os conhecimentos que eles julgam necessários para que o profissional realize um bom trabalho.

O último questionamento feito para os entrevistados surdos, referente à revisão de texto, foi se eles já enfrentaram algum problema ao precisarem de uma revisão textual. O entrevistado 1 disse não recordar de ter tido nenhuma dificuldade, mas os outros três participantes relataram que já tiveram problemas. Para o entrevistado 2, o problema mais recorrente é a mudança no seu estilo de escrita:

Sim, muitas vezes, alguns revisores mudam muito estilo e meu jeito de escrever.

Provavelmente porque eles não conhecem sobre mundo surdo e estruturas de Libras.

Entrevistado 2, pessoa surda

4.2 Resultados obtidos com o grupo 2

Através de uma entrevista aplicada via e-mail, com profissionais que revisam textos, formados em bacharelados ou em licenciaturas em Letras, buscou-se verificar os seguintes aspectos: (I) Como é feito o trabalho de revisão em textos de autores surdos?; (II) Qual a maior dificuldade ao revisar um texto de autor surdo?; (III) Quais são os tipos de revisão mais adequados nesse contexto? (revisão por sugestão, copidesque); (IV) Quais os conhecimentos necessários para realizar esse trabalho?

Pelas respostas dadas à primeira pergunta (I), verifica-se que o trabalho de revisão pode ser feito de duas formas: o autor envia o texto para o revisor, via e-mail, ou o sinaliza e o revisor escreve o texto em língua portuguesa. A segunda forma, no entanto, não se caracteriza como um processo de revisão, mas sim de tradução, porém, os participantes voluntários desta pesquisa denominaram como um processo de revisão textual.

Conforme apontaram os revisores 1 e 4, a maior dificuldade encontrada foi não alterar o estilo do autor. Já o revisor 2 disse ter tido dificuldades em organizar as ideias que estavam dispostas no texto. A revisora 3 relatou não ter encontrado nenhuma dificuldade, pois o seu trabalho foi realizar a normatização do texto, e não prestou o serviço de revisão linguística, nem semântica.

Com as respostas obtidas na pergunta III, foi possível verificar que a forma mais adequada para realizar a revisão é por meio da modalidade de copidesque, já que, nessa prática, o revisor precisa reescrever e reestruturar o dizer como um todo.

A atividade de copidesque, conforme mencionado anteriormente, no referencial teórico, exige mais trabalho do revisor, no entanto, tratando-se de texto de pessoas surdas, é a opção mais adequada. Através dessa modalidade de revisão, o profissional tem mais liberdade para mexer no texto, reescrevendo trechos e organizando melhor as ideias. Por se tratar de uma atividade de

copidesque, a revisão de textos de pessoas surdas une as três atribuições mencionadas anteriormente, por Coelho e Antunes (2010), tendo em vista questão feitas revisões gráficas, normalizadoras e temáticas.

Conforme ressalta Malta (2000), os *softwares* de edição não *copidescam* os textos, então, os autores surdos devem ter ainda mais cuidado quando utilizam esses *softwares*, pois não devem confiar a revisão das suas produções textuais somente a eles. Apesar de os revisores entrevistados não indicarem se o nível de copidesque é médio ou alto, conforme definido por Coelho Neto (2013), pode-se afirmar, de acordo com a minha experiência com a revisão de textos de autores surdos, que o nível é alto, tendo em vista as diversas alterações que são necessárias.

Realizar essa reescrita em forma de sugestão ou marcá-la com cor diferenciada no texto dependerá da logística acordada entre autor e revisor. Na questão III, houve apenas uma discordância, pois o revisor 4 alegou desconhecer os termos *copidesque* e *revisão por sugestão*. Isso pode ocorrer porque a sua formação é em licenciatura em Letras, não focada na revisão textual, e os termos relacionados aos tipos de revisão são mais comuns aos profissionais formados em bacharelado, ou àqueles que se dedicam, com exclusividade, à prática de revisão textual.

Na questão IV, as respostas foram unânimes: para realizar um bom trabalho no texto de um autor surdo, o revisor não deve se ater somente em conhecimentos de língua portuguesa. É preciso conhecer a estrutura gramatical da Libras e, principalmente, ter noções sobre a cultura surda, para que não sejam feitas intervenções desnecessárias na escrita do autor, afetando seu estilo, seu modo de escrever. Conforme mencionou um dos profissionais entrevistados nesse grupo, faz-se necessário realizar um trabalho de tradução textual, tendo em vista que trabalhará no texto de um autor cuja LP é sua segunda língua.

Portanto, através das entrevistas realizadas, nota-se que algumas questões na revisão dependerão daquilo que foi acordado entre o autor e o revisor, já outras podem ser tidos como regras para realizar esse trabalho, como o conhecimento sobre a cultura surda. Apesar de ser uma atividade extremamente necessária, há poucos profissionais de revisão que se dedicam à revisão de textos de autores surdos.

Em um texto de autor surdo, os cuidados com questões estilísticas devem ser redobrados, como se vê nas respostas dadas pelos profissionais entrevistados. Conforme foi analisado nas produções do grupo 1, os desvios ortográficos são raros, e isso é comum na escrita de pessoas surdas, pois, mesmo com dificuldades na escrita, elas não costumam cometer erros ortográficos, e esse fato é destacado pelo entrevistado 4, do grupo 2:

O revisor precisa conhecer a Libras para entender a mensagem. Muitas vezes os surdos escrevem na sintaxe da Libras e isso dificulta a compreensão de um revisor apenas de LP. Erros de ortografia são raros, pelo menos com os textos que tive contato (...).

Entrevistado 4, revisor e intérprete de Libras

Outro fator importante destacado pelo revisor/intérprete⁴ é o fato de que, para entender melhor determinadas teorias e conseguir se expressar de maneira adequada, o surdo faz uso de um vocabulário mais simples, no entanto, em alguns casos, é preciso utilizar termos mais teóricos/rebuscados.

(...) Por várias vezes precisei recorrer aos textos teóricos para utilizar de termos mais científicos/acadêmicos, pois, na tentativa de refletir sobre os conceitos, os surdos escolhiam vocábulos mais informais. (Entrevistado 4, revisor e intérprete de Libras)

No que se refere ao trabalho do revisor em textos de autores surdos, defende-se que essa prática é de extrema importância. Isso está refletido na fala do entrevistado surdo 1, participante do primeiro grupo, ao dizer que “[...] pensando como escrever e solicitar para intérpretes ou pessoas ouvintes para corrigir estrutura de português e depois postar para *moodle* [...]”. No entanto, é preciso ter bastante cuidado no que diz respeito ao estilo do autor, além de ter conhecimento sobre a estrutura da língua brasileira de sinais e acerca da cultura surda, pois esses conhecimentos são essenciais para que o revisor realize um bom trabalho.

Outro fator importante destacado pelo revisor 1 foi: “Acredito que seja, por mais estranho que soe, algo similar a uma revisão de tradução, pelo menos no caso com o qual tive experiência”. Para esse profissional, o trabalho é bastante semelhante à revisão de textos traduzidos para a LP, e essa afirmação é bastante importante, pois mostra outra perspectiva no trabalho de revisão. Os revisores 2 e 3 também reforçaram, em suas falas, o fato de que o trabalho se assemelha a uma revisão de tradução:

Copidesque em função de que, por vezes, não se trata de uma mera revisão, mas de uma tradução. Vale destacar até mesmo como esse texto chega ao revisor- por vídeo, já escrito em português com traços e organização do discurso em libras, entre outras formas e como será trabalhado.

Revisor 2

Conhecimento da língua materna (LIBRAS), considerando estrutura e sintaxe. Na verdade, acredito que o revisor para esses textos também devam ter conhecimentos de tradução, tendo em vista que é feita a tradução de LIBRAS para Português.

Revisor 3

O trabalho de revisão de um texto produzido por um autor surdo não deixa de ser revisão de uma tradução, já que se está revisando uma produção textual de um autor, cuja primeira língua é Libras e não LP. Com isso, considera-se importante que o revisor tenha algum conhecimento em práticas de tradução, para saber conduzir de maneira adequada seu trabalho. O revisor 1 também destaca outro fator importante, reforçando o argumento defendido neste trabalho.

Sim. Me lembro que algumas estruturas sintáticas eram escritas de forma um pouco diferente, de modo que era perceptível de que não se tratava de uma pessoa falante de Pt-Br. Parecia haver uma dificuldade com preposições, o que faz sentido, pois não existem formalmente na língua de sinais, ficam "subentendidas" no contexto de comunicação. Isso exigia mais atenção na revisão, e as alterações tinham de ser devidamente pensadas, para não apagar a autoria da autora surda. Tive essa experiência de revisão um ano antes de estudar LIBRAS, então muito desses *insights* que descrevo nesse questionário surgiram apenas depois de o trabalho já ter sido finalizado.

A questão do não apagamento do estilo do autor se faz bastante presente na vida dos revisores, e os cuidados são ainda maiores quando trata de com textos de autores surdos. Ao final dessa resposta, o entrevistado fala que os *insights* de como proceder com a revisão surgiram apenas depois de ele estudar Libras. Esse dizer reforça a necessidade de a disciplina de Libras constar no currículo do curso de Bacharelado em Letras - Redação e Revisão de Textos não como optativa, mas como obrigatória. Somente assim esse conhecimento poderá preparar revisores capazes de lidar - com menos dificuldades - com textos de falantes de língua de sinais.

Apesar de todos os cuidados necessários em relação ao estilo do autor, cabe ao revisor, conforme exposto anteriormente, de acordo com Lemos (2017), decidir se irá optar por seguir a norma padrão ou manter o que foi escrito pelo autor. Nesse caso, para que o revisor decida quais normas vai seguir, o meio em que o texto circulará acaba sendo determinante.

O trabalho do revisor também é importante para que o sentido do texto seja mantido, tornando possível comunicar com clareza a mensagem que o autor deseja passar. Em ambientes de aprendizagem, como em escolas e universidades, onde há maior interação entre surdos e ouvintes, a ação do revisor ganha ainda mais destaque, pois esse profissional poderá ser um facilitador para ambos os lados, auxiliando na comunicação entre os sujeitos.

CONCLUSÃO

O propósito inicial desta pesquisa foi analisar a prática de revisão em textos de autores surdos, um tema pouco abordado pela nossa sociedade, mesmo na academia. Além disso, buscou-se discutir sobre o funcionamento da língua brasileira de sinais e suas diferenças com a língua portuguesa. Este estudo tem o intuito de contribuir com o conhecimento de estudantes de bacharelados e de licenciaturas em Letras, principalmente com aqueles que desejam trabalhar com revisão textual, especificamente com textos de pessoas surdas. Houve interesse, ainda, em contemplar conhecimentos voltados a profissionais egressos, que já trabalham na área de revisão de textos, mas desconhecem a possibilidade desse mercado de trabalho e as especificidades exigidas pela prática de revisar textos de sujeitos surdos.

A pesquisa também visa a contribuir com a interação com a comunidade surda. O meio acadêmico é o local em que as produções textuais feitas por sujeitos surdos costumam circular com mais frequência, especialmente hoje que a disciplina de Libras é obrigatória nas licenciaturas e optativa nos bacharelados. Portanto, é de extrema importância que as instituições de ensino tenham revisores para atender essas demandas, pois os surdos contam, muitas vezes, com pessoas que não têm a formação necessária, mas revisam esses textos de forma voluntária, para que os danos de comunicação sejam os menores possíveis.

A hipótese de que não há revisores capacitados para trabalhar com textos de autores surdos foi confirmada. Quem costuma realizar esse trabalho são os próprios intérpretes, os quais nem sempre têm formação em Letras ou uma especialização em revisão de textos, o que acaba deixando lacunas na ação de revisar, principalmente no que tange à questão do estilo do autor. Devido à falta de conhecimento na prática de correção textual, o intérprete pode acabar cometendo equívocos e interferindo na forma em que o autor se expressa. Vale ressaltar que o trabalho de revisão feito por intérpretes é totalmente voluntário, com o intuito de facilitar a comunicação entre autor e leitor, não sendo um erro desse profissional disponibilizar-se a praticar tal revisão, mas uma deficiência nas instituições de ensino que não contratam revisores de textos.

Foi possível constatar que o tipo de revisão mais adequado para esse trabalho é a revisão por copidesque, pois ela proporciona mais liberdade para que o revisor faça as adequações necessárias ao texto, deixando-o de acordo com as regras gramaticais da LP. Conclui-se que, ao revisor, é preciso ter conhecimento sobre a estrutura da Libras, cultura e identidade surda, além de todo o conhecimento que envolve a LP e particularidades da revisão textual. É necessário saber identificar qual o limite entre a revisão e a interferência no estilo do autor, conhecer a sintaxe e a estrutura da língua de sinais, para que as intervenções possam ser feitas da maneira mais adequada, sem que haja um apagamento no modo de o autor se expressar.

Nessas condições, o revisor que deseja seguir esse caminho deve se especializar também na gramática de Libras e em questões culturais que envolvem essa língua. Assim, além de fazer uma graduação específica em Letras, precisa realizar cursos que o habilitem a atuar como revisor, intérprete/tradutor de Libras.

Ao longo deste estudo, buscou-se ressaltar a relevância do trabalho do revisor em produções textuais de autores surdos. Através de obras importantes sobre tema em foco, foram apresentadas questões referentes à prática de revisão textual de modo geral, mostrando a importância da atuação desse profissional na sociedade contemporânea, em que o texto e a publicação são fundamentais. Afunilando o tema, foram descritos aspectos fundamentais ao conhecimento de Libras e da cultura surda e suas especificidades.

A fundamentação teórica serviu para embasar as reflexões realizadas, tanto frente às respostas dadas nas entrevistas quanto nos textos produzidos pelos surdos. As questões direcionadas aos grupos 1 e 2 foram norteadoras (especificadas na metodologia e na análise dos textos) para compreender melhor a prática de revisão de texto e suas implicações, principalmente em trabalhos escritos por autores surdos. Entre as respostas dadas pelos entrevistados, destaca-se a comparação dessas revisões com o trabalho feito em revisões de traduções, já que o profissional revisa o texto de um autor que não tem a LP como língua materna.

Também foi possível observar, através das respostas dadas pelos voluntários, que o trabalho pode se dar de diferentes maneiras (através de sinalizações em vídeo, e-mail, entre outros meios de comunicação) e tudo será acordado entre autor e revisor, inclusive se vai deixar ou não as alterações visíveis

no texto, através de marcações feitas pelos *softwares de edição*. Para realizar esses acordos, também é necessário levar em consideração o nível de dificuldade que o autor surdo possui ao escrever em português.

Com relação à produção textual solicitada ao grupo 1, com o tema “Ensino de Libras a distância”, pode-se concluir que, na escrita de pessoas surdas, não há muitos desvios gramaticais, e isso também foi confirmado através da resposta dada pelo Revisor 4. Esse fator pode ser atribuído a dois fatos: os dois entrevistados surdos que enviaram o texto possuem ensino superior; por isso eles têm mais facilidade em escrever em LP. Os desvios gramaticais encontrados, como a falta de uso de sinônimos e de conectivos, é uma marca recorrente na escrita de pessoas surdas, tendo em vista que muitas regras gramaticais da Libras não são expressadas na escrita em LP, portanto, já era um dado que se esperava encontrar nesses textos.

Por fim, conclui-se que a prática de revisar textos de autores surdos ainda carece de formações específicas. Ainda há muito o que pesquisar acerca desse assunto, pois os trabalhos que falam sobre a escrita dos sujeitos surdos, em sua maioria, costumam ter um caráter pedagógico, visando a aprimorar as metodologias de ensino, mas, para um bacharel em Letras, o processo de revisão não tem o intuito de ensinar o autor a escrever, mas qualificar o dizer escrito.

Ao longo desta pesquisa, houve interesse em ressaltar o fato de o revisor ter conhecimentos que vão além da revisão básica de um texto em LP. Buscou-se reforçar a importância de conhecimentos em técnicas de tradução e, especificamente, da Libras e da cultura surda. Ao revisar um texto, o profissional lida com todo um contexto social e histórico que o envolve, portanto, também é preciso que o revisor seja um sujeito empático, para assim conseguir colocar-se no lugar do autor (surdo) e entender as escolhas feitas por ele no seu texto. O revisor precisa ser gentil e agregar conhecimentos, fazendo com que o texto fique adequado aos possíveis leitores.

Vale lembrar que, no curso de Bacharelado em Letras - Redação e Revisão de Textos, a disciplina de Libras não faz parte do rol das obrigatórias, portanto, um acadêmico pode se formar sem ter a mínima noção sobre o tema. Como futura revisora de textos, defendo que essa situação deva ser repensada, pois tal conhecimento é de extrema importância, não só para o trabalho do revisor de textos, mas também para garantir que mais pessoas dominem a língua brasileira

de sinais e os surdos sejam realmente incluídos na sociedade. A prática de revisar textos é bastante complexa e o revisor tem um papel social muito importante, especialmente quando se trata da revisão de textos de autores surdos.

REFERÊNCIAS

AREZIO, Arthur. Revisão de provas tipográficas. Bahia: Imprensa Oficial, 1925. In: COELHO NETO, **Além da revisão: critérios para revisão textual**, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6025: informação e documentação – Revisão de originais e provas. Rio de Janeiro, 2002b.

BARTLETT, Elsa Jaffe. **Learning to revise: some component processes**. In: NYSTRAND, Martin (Ed.). What writers know: the language, process and structure of written discourse. Nova Iorque: Academic Press, 1982, p. 345-363.

BATISTA, Marie. **Descrição na singularidade na escrita de surdos**. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6353/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 05/11/2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_constituicao_federal.pdf. Acesso em: 10/09/2020

BRASIL. **Lei Federal nº 10.436**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 10/09/2020

BRASIL. **Parâmetros Nacionais Curriculares**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 01/10/2020.

BRITO, Lucinda. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Badel, 1993.

BRITO, Lucinda. **Por uma gramática da língua de sinais**. Editora: Tempo Brasileiro. 1995.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso:** cultura, escrita e participação. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CARVALHO, Michele; CAVALCANTI, Wanilda; SILVA, Josiane. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos:** uma revisão integrativa da Literatura. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rcefac/v21n5/pt_1982-0216-rcefac-21-05-01-e9818.pdf. Acesso em: 09/06/2020.

CASTILHO, Ataliba. **Nova Gramática do Português Brasileiro.** São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CICCONE, Marta. **Comunicação Total:** introdução, estratégias e pessoas surdas. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão:** Critérios para revisão textual. Brasília: Editora Senac DF, 2013.

COELHO, Sueli Maria; ANTUNES, Leandra Batista. 2010. Revisão textual: para além da revisão linguística. **Scripta**, Belo Horizonte, v.14, n 26, p. 205-224, 1º sem. 2010.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária** – uma introdução. São Paulo: Becca Produções Culturais LTDA, 1999.

DISCINI, Norma. **O estilo nos textos.** São Paulo: Contexto, 2004

FELIPE, Tanya. A estrutura frasal na LSCB. In: **Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL.** p. 663-672. 1989.

FELIPE, Tanya. **Os processos de formação de palavra na Libras.** São Paulo: Unicamp, 2008.

FERNANDES, Eulalia. **Problemas linguísticos e cognitivos dos surdos.** Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FERNANDES, Sueli. É possível ser surdo em português? Língua de sinais escrita: em busca de uma aproximação. In: SKLIAR, Carlos (org). **Atualidade da educação bilíngue para surdos.** Porto Alegre: Mediação, 1999.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed 2009.

GARCEZ, Lucília Helena .**A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?**. São Paulo: Editora Parábola, 2009.

GOÉS, Maria Cecília. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

GUARINELLO, Ana Cristina. **Reflexões sobre a aquisição do português escrito como segunda língua de uma criança surda**. Cadernos de Pesquisas em Lingüística, Porto Alegre, 2005.

GUILHERME, H. Faria. **Manual de revisão**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#0.

Acesso em: 20/09/2020

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo**. Educação e Realidade: Cultura, Mídia e Educação, 1997.

KLIMSA, Severina; SAMPAIO, Maria Janaína; KLIMSA Bernardo. **Escrita de Sinais**. s/d. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/sistema/app/webroot/docs/letraslibras/Escrita_de_Sinais_I.pdf. Acesso em: 10/10/2020.

KOCH, Ingedore. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

LABOURIT, Emmanuelle. **O Vôo da Gaivota**. São Paulo: Best Seller. 1994.

LEMOS, Mayara. **Fundamentos à prática de revisão de textos**. Porto Alegre: Editora Metamorfoses, 2017.

MALTA, Luiz Roberto. **Manual do revisor**. São Paulo: Editora WVC, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Linguística textual: o que é e como se faz**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Saberes e práticas da inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. 2006

MOURA, Maria Cecília et.al. (org). **Língua de sinais e Educação de surdos**. São Paulo: TecArt, 1993.

NASCIMENTO, Gláucia; SARTORE, Anna Rita. Reflexões sobre Peculiaridades do Processo de Leitura por Parte de Surdos Estudantes de EaD Online e Propostas para a Otimização desse Processo. **Eutomia**, Revista online de Linguística e Literatura. V. 1, n. 07, 2011.

OLIVEIRA, Risoleide. **Revisão de textos: da prática à teoria**. Natal: Edufrn, 2016.

ORLANDI, Eni; LAGAZZY, Suzi (orgs). **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

PEREIRA, Maria Cristina. **O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos**. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/11.pdf>. Acesso em: 11/06/2020.

QUADROS, Ronice. **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed. 2004.

QUADROS, Ronice. **Educação de surdos:**a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Armed. 1997a.

QUADROS, Ronice. **Aquisição de L1 e L2:** o contexto da pessoa surda. **In Anais do Seminário:** Desafios e Possibilidades na Educação Bilingue para Surdos. 1997b.

PIMENTA, Nelson. **Configuração de Mãos em Libras com Nelson Pimenta:** sinais, classificadores, mímica, histórias e o que você inventar! Rio de Janeiro: LSB. 2011.

SILVA, Ayonan. **Linguagem e surdez:** a coesão em textos de surdos. 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14295>. Acesso em: 06/08/2020.

SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos.** Tradução Maria Augusta Bastos de Mattos. 8. ed. São Paulo: Globo, 1992.

SILVA, Maria. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo.** São Paulo: Pleux, 2001.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Santa Catarina: Editora UFSC, 2008.

WITKOSKI, Sílvia. **Introdução à Libras:** língua, história e cultura. Curitiba: Editora UTFPR, 2015.

WLASEK FILHO, Francisco. **Técnica de preparação de originais e revisão de provas tipográficas.** Rio de Janeiro: Editora Agir, 1966.

ANEXOS

Anexo 1

Questões aplicadas ao grupo 1 (composto por 4 sujeitos surdos)

1. Qual é sua idade?
2. Qual seu grau de surdez?
3. Você estudou em escola bilíngue?
4. Você faz leitura orofacial?
5. Qual a principal dificuldade que você sente ao escrever em Língua Portuguesa? Você encontra alguma dificuldade em escrever em LP? Se sim, qual a principal delas?
6. Quando você precisa de um revisor de textos, como é feito esse contato? (em chamada de vídeo, por texto, etc.)
7. Quais conhecimentos você acha/considera necessários para um revisor fazer um bom trabalho em um texto de uma pessoa surda?
8. Você já enfrentou algum problema quando o seu texto passou por um revisor? (revisão inadequada, apagamento do estilo do autor, etc.)

Anexo 2

Respostas dadas pelo grupo 1

Sujeito 1	Sujeito 2
34	32
Profunda	profunda
Escola especial para surdos	Não
Sim	Não
Escrever area acadêmica	Tenho dificuldade de decorar as regras dos verbos e gramática. Às vezes confundo com gênero, por exemplo, chá é de masculino ou feminino, na época, achei que era feminino porque

	letra A fica na ultima letra da palavra, demorei para descobrir que não tem a ver com letra A, sim acento que muda gênero. Isso me deixou muitas dificuldades. Provavelmente porque não tenho memória auditiva, que ajuda a decorar as palavras. Então, até hoje tenho dificuldade é entender as regras.
Chamada de vídeo e escrita de português por email ou whatsapp	Os dois. Depende do caso, tem alguns textos que eu não consigo escrever, prefiro sinalizar na frente de revisor. Tem alguns textos que eu consigo escrever e revisor me procura se tiver duvidas.
Revisor sem conhecer a Libras e a cultura surda	Com certeza que precisa saber sobre comunidade surda, cultura, identidade surda e sabe Libras para entender as gramaticas de Libras. Isso é fundamental.

Sujeito 3	Sujeito 4
44	46
Profundo	surdo
Não	Não
Sim	Não
Sim, estou dificuldade expressar o português é só pra entender ler	Sim porque escrevo a minha primeira língua é Libras
Sim, é muito importante o trabalho revisor o texto	Sim faço isso
Sim, muitas vezes, alguns revisores mudam muito estilo e meu jeito de escrever. Provavelmente porque eles não conhecem sobre mundo surdo e estruturas de Libras.	Sim

Anexo 3

Textos produzidos por pessoas surdas

Tema sugerido para a produção do texto: ensino de Libras a distância

Autor1:

“Aula virtual”

A aula virtual é bem difícil para mim e para alunos também porque a Libras tem cinco parâmetros e tem muito movimento. Não tem diálogo em Libras e não tem como adquirir bem a nova língua de sinais, Libras. Não tem como perceber as diferenças de expressões faciais.

Aulas presenciais tem como corrigir os sinais e expressões faciais se alunos não fariam corretos. Aulas virtuais não tem como ajudar para corrigir, é complicado. Pois os alunos aprendem a Libras se tiverem prática pessoalmente e conviver com os colegas e professora surda.

Para aulas virtuais, precisa mandar as atividades, escrever e explicar como realizar atividades, ruim para mim porque português é a segunda língua, pensando como escrever e solicitar para intérpretes ou pessoas ouvintes para corrigir estrutura de português e depois postar para *moodle*, assim demora mais, por isso tem alunos reclamando “professor surdo demora para postar atividades ou responder no fórum”.

Por isso prefiro dar aula presencial, porque tem como conversar e explicar direto com os alunos, assim eles aprendem melhor e mais rápido, pois tem contato pessoalmente, pessoalmente é muito melhor.

Autor 2:

Agora vou relatar minha experiência no ensino remoto. Sinceramente, foi muito grande desafio para mim, porque, nunca dei aula online e nunca imaginei que um dia irei dar aula de Libras na Educação a Distância, porém, muitas vezes que já dei as palestras, tipo, uma hora da palestra e discussão, estas palestras tinham acessíveis para mim e para pessoas que estavam assistindo.

Então, quando UFPel começou a discutir sobre possibilidade de retornar as aulas, mas forma distancia, tipo, ensino remoto, eu comecei a pensar muito de forma como ensinar, pois, na minha própria experiência, nos primeiros dias de aula de Libras, sempre levo interpretes para mostrar as instruções da disciplina de Libras, explico como é a avaliação, aulas, conteúdo, plano de ensino, entre outros. Muitos alunos ficaram surpresos quando descobriram minha surdez, mas depois acostumaram com a minha presença. Só que relação com a distancia, é bem diferente, fiquei com medo se fico perdida no *webconf*, então, preparei todos vídeos com LEGENDA e ÁUDIO para que os alunos não perdem conteúdos. Também fiz vídeos em Libras (sem legenda nem audio) para que os alunos possam praticar diretamente Libras. Duas formas que os alunos possam acompanhar. E Já estou com terceira semana de aula, observei que os alunos já adaptaram bem com a minha aula de Libras, quando entrei no *webconf*, sem interpretes, os alunos me comunicam com os sinais, se tiveram duvidas e escrevem no *chat*, isso é uma estratégia para mim. Por enquanto, está tudo certo.

Anexo 4

Questões aplicadas ao grupo 2, composto por 4 pessoas, entre revisores e intérpretes

1. Qual sua formação acadêmica?
2. Você já trabalhou com textos escritos por pessoas surdas? Em caso afirmativo, qual foi a sua principal dificuldade ao revisá-los?
3. Para você, qual é o tipo de revisão mais adequado para realizar esse trabalho (copidesque, revisão por sugestão...)?
4. Quais conhecimentos você acha/considera necessários para o revisor fazer um bom trabalho em um texto produzido por uma pessoa surda?

Anexo 5

Respostas dadas pelo grupo 2 (revisores e intérpretes)

Revisor 1
1 - Letras - Redação e Revisão de Textos, Ufpel
2 - Sim. Me lembro que algumas estruturas sintáticas eram escritas de forma um pouco diferente, de modo que era perceptível de que não se tratava de uma pessoa falante de Pt-Br. Parecia haver uma dificuldade com preposições, o que faz sentido, pois não existem formalmente na língua de sinais, ficam "subentendidas" no contexto de comunicação. Isso exigia mais atenção na revisão, e as alterações tinham de ser devidamente pensadas, para não apagar a autoria da autora surda. Tive essa experiência de revisão um ano antes de estudar LIBRAS, então muito desses <i>insights</i> que descrevo nesse questionário surgiram apenas depois de o trabalho já ter sido finalizado.
3 - Acredito que seja, por mais estranho que soe, algo similar a uma revisão de tradução, pelo menos no caso com o qual tive experiência. A autora era alemã, então tinha como língua-mãe a língua alemã de sinais, e como segunda língua o alemão-padrão. Depois é que aprendeu o português brasileiro. Assim, o aspecto de tradução vale tanto para o fato de que o alemão escrito serviu como "referência" para aprender o português, como também para o fato de que existe a conversão da expressão da língua de sinais para a língua oral/escrita, o que por si só deve ser assunto de muito estudo. No meu caso, eu revisei o artigo e troquei e-mails com uma professora de Libras responsável pela publicação daquele artigo. Assim, pude tirar dúvidas e, de certa forma, tive acompanhamento na realização da revisão.

4 - Com certeza o conhecimento mínimo é sobre a língua de sinais: entender os diferentes parâmetros utilizados pela língua de sinais ajuda a estabelecer contraste com a língua oral/escrita, de modo que sejamos minimamente capazes de nos colocarmos no lugar de um/a autor/a surdo/a. Idealmente, o conhecimento a ser exigido é a proficiência na língua de sinais propriamente dita, de modo a estar mais familiarizados não apenas com a estrutura formal e com os parâmetros linguísticos, mas também com a cultura que compõe e é composta pela língua de sinais.

Revisor 2

1- Letras-português/Espanhol; Mestrado em Letras; Especialização em Educação (Educação de surdos); Curso de Tradutor Intérprete de Libras e Pedagogia.

2 - Sim, organizar as ideias no texto.

3 - Copidesque em função de que, por vezes, não se trata de uma mera revisão, mas de uma tradução. Vale destacar até mesmo como esse texto chega ao revisor- por vídeo, já escrito em português com traços e organização do discurso em libras, entre outras formas e como será trabalhado.

Formação continuada em Letras português, Letras revisão ou Letras Libras, bem como formação em Tradução Interpretação de Libras. Sem essa última formação, acredito que se corre o risco de perder informações valiosas que compete a área da tradução. Somado a isso, a Libras não é somente uma língua, mas uma cultura que aparece nesses discursos e que precisa, sim, ser muito estudada. Há marcas culturais que não podem ser esquecidas e é preciso conhecê-las, no caso do profissional que atua com esses textos.

Revisor 3

1- Licenciatura em Letras - Habilitação Português e Literaturas de Língua Portuguesa; Bacharelado em Letras - Habilitação Redação e Revisão de Textos; Mestrado em Letras - Área Estudos da Linguagem; Doutorado em Educação

2- Sim. Nenhuma dificuldade, já que realizei apenas a normalização desses textos.

3- O tipo de revisão mais adequado para esses trabalhos provavelmente sejam a revisão copidesque atrelada à tradução para PT.

4- Conhecimento da língua materna (LIBRAS), considerando estrutura e sintaxe. Na verdade, acredito que o revisor para esses textos também devam ter conhecimentos de tradução, tendo em vista que é feita a tradução de LIBRAS para Português.

Revisor 4
1 - Graduação e Mestrado em Letras. Curso técnico de tradutor intérprete de LIBRAS.
2 - Sim. Minha maior dificuldade está em manter a identidade do autor surdo no texto escrito é LP.
3 - Desconheço os termos específicos. As revisões que faço são através de reescrita dos textos com cores diferentes para mostrar onde mexi.
4 - O revisor precisa conhecer a Libras para entender a mensagem. Muitas vezes os surdos escrevem na sintaxe da Libras e isso dificulta a compreensão de um revisor apenas de LP. Erros de ortografia são raros, pelo menos com os textos que tive contato. Por várias vezes precisei recorrer aos textos teóricos para utilizar de termos mais científicos/acadêmicos, pois, na tentativa de refletir sobre os conceitos, os surdos escolhiam vocábulos mais informais.